

PODER JUDICIÁRIO

# Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Relatório de Atividades

Biênio 2003/2004

Belém - Pará





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## Biênio 2003 / 2004

341.4192509811  
P2212  
8x. 1

BELEM  
2005

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

**PRESIDENTE**

DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

**VICE PRESIDENTE**

DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

**CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

DESEMBARGADORA YVONNE SANTIAGO MARINHO

**CORREGEDORA DO INTERIOR**

DESEMBARGADORA CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE

**CONSELHO DA MAGISTRATURA**

DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

DESEMBARGADORA YVONNE SANTIAGO MARINHO

DESEMBARGADOR BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA

DESEMBARGADORA HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO

DESEMBARGADORA THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

DESEMBARGADORA MARTA INÊS ANTUNES LIMA

**COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

DESEMBARGADORA MARTA INÊS ANTUNES LIMA

DESEMBARGADORA ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD

**PRESIDENTE DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**

DESEMBARGADORA SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE

**DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL**

JUÍZ DE DIREITO RONALDO MARQUES VALLE

JUIZA DE DIREITO EDITH RIBEIRO DIAS

**DIRETORIA DO FÓRUM CÍVEL**

JUIZA DE DIREITO ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD

JUIZA DE DIREITO MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

MARIA DO CÉU CUNHA DE OLIVEIRA

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO

Pará. Tribunal de Justiça do Estado: Relatório de Atividades —  
Biênio 2003/2004: Belém, TJE, 2005.  
p. 100

1. Pará Tribunal de Justiça — Relatório

341.419709811

Impressão Gráfica: Cartopack Indústria Gráfica Ltda

Capa: Paulo Maurício Coutinho

Projeto gráfico: Concita Morbach e Samia Gabriel

Revisão: Professora Guilhermina Pereira Corrêa

Departamento de Documentação e Informação / Biblioteca Des. Antonio Koury



## DESEMBARGADORES



*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES

MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

YVONNE SANTIAGO MARINHO

ALBANIRA LOBATO BEMERGUY

BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA

OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY

MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES

MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE

CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE

HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO

SÔNIA MARIA DE MACÊDO PARENTE

MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA

MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE

RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS

THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES



## DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

MARTA INÊS ANTUNES LIMA  
ERONIDES SOUZA PRIMO  
ENIVALDO DA GAMA FERREIRA  
YVETTE LÚCIA PINHEIRO  
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO  
JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA  
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA  
RAIMUNDO HOLANDA REIS  
MARIA RITA LIMA XAVIER  
ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD  
BRIGIDA GONÇALVES DOS SANTOS  
FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES \*  
IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO \*  
JAIME DOS SANTOS ROCHA \*  
JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO DE PAIVA \*  
JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA \*  
WERTHER BENEDITO COELHO \*  
RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES \*  
PEDRO PAULO MARTINS<sup>†</sup>

\* Desembargadores aposentados em 2003-2004



## SUMÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Apresentação	07 a 09
Autonomia do Judiciário	10 a 12
Modernização da Gestão	13 a 18
Infra-estrutura Física	19 a 23
Desenvolvimento Institucional	24 a 35
Anteprojeto de Lei de Reformulação do Código Judiciário	36
Prestação Jurisdicional	37 a 70
Solenidades e Eventos	71 a 83
Homenagem	84
Galerias do TJE	85 a 98



*“Durante minha trajetória na judicatura paraense sempre procurei conhecer a história do Tribunal, tendo presente a importância de preservá-la como fonte de conhecimento e pesquisa. A restauração e reativação do Museu Judiciário é motivo de alegria e emoção”.*

*Em 07 de Dezembro de 2004.*

**Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA**  
*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará*

## APRESENTAÇÃO

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*



## APRESENTAÇÃO

Nestes dois anos à frente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, biênio 2003/ 2004, procurei pautar meus atos pelo bom senso, pela sinceridade e pela convicção das ações adquiridas no decorrer da minha história pessoal e profissional. Os projetos e atividades foram desenvolvidos sob duas dimensões: a do Tribunal, na perspectiva da gestão e a da sociedade, como destinatária da prestação jurisdicional.

A do Tribunal, para que as metas propostas se coadunassem com a continuidade do processo administrativo, superando os obstáculos burocráticos, financeiros e culturais, através de uma gestão atualizada e transparente ao público.

O equilíbrio fiscal foi priorizado e assegurado pela adoção de ferramentas de planejamento e controle orçamentário, pela instituição do Sistema Integrado de Arrecadação Judicial e, especialmente, pelo monitoramento das despesas da máquina administrativa, efetivado com a participação dos Magistrados em cada Comarca de nosso Estado.

Para que o Tribunal de Justiça, entre objetivos e finalidades, pudesse estabelecer diretrizes, para melhor ordenar seu crescimento jurisdicional, a fim de responder às demandas dos cidadãos e com mais eficiência distribuir serviços à população, necessário se fazia, como se faz e se fará, investir no melhoramento e no aperfeiçoamento da estrutura tecnológica do Judiciário, envolvendo, evidentemente, a melhoria da qualificação profissional de seus integrantes.

Assim, foram criadas condições técnicas para viabilizar a comunicação entre os Juizados Especiais, as Comarcas do Interior, da Região Metropolitana de Belém e a sede do Tribunal, por meio do reaparelhamento do parque computacional. Asseguramos infra-estrutura com equipamentos de última geração em todas as unidades do Tribunal, fator



## APRESENTAÇÃO

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

determinante para a democratização da informação a que o cidadão tem o direito de livre acesso. Sem essa transparência, o Poder Judiciário não pode, com soberania, responder aos interesses e às necessidades da sociedade.

A dimensão da sociedade, na perspectiva do cidadão, pode-se constatar publicamente não só pela prestação de serviços como também pela realização dos direitos civis, sociais, econômicos e humanos da pessoa. Nesse contexto, instalamos as Comarcas de Breu Branco, Novo Repartimento e Ulianópolis, localidades com demanda crescente de conflitos, exigindo a presença do Juiz junto à comunidade.

Ressalte-se, porém, que na dimensão da sociedade, situam-se os crimes motivados por questões agrárias, que têm marcado política e juridicamente o Estado do Pará e que ainda clamam por julgamentos e soluções jurídicas, no bojo de uma reforma agrária que atinja mais as estruturas do que as conjunturas que acumulam conflitos e confrontos. Resgatados foram os processos de Eldorado do Carajás, do caso Canuto, das crianças emasculadas de Altamira e tantos outros que o Poder Judiciário se empenha em julgá-los, para que não se possa suspeitar de impunidade, de indiferença ou de puro esquecimento.

Demos continuidade às ações do Judiciário nas questões agrárias, instalando e equipando, para funcionamento imediato, mais duas Varas Agrárias, Minerárias e Ambientais, sediadas em Santarém e Castanhal, regiões que agregam grandes conflitos na luta pela posse da terra. Ainda há um longo caminho a percorrer, mas a missão é de todos: agentes públicos e privados, entidades e movimentos sociais.

É gratificante ver um Juiz bem próximo da comunidade, auscultando os cidadãos, buscando a sabedoria da justiça e compartilhando as angústias, os dilemas e até mesmo as injustiças que podem e devem ser mitigadas pela autoridade de quem associa a um processo judicial, o significado de vida de um cidadão.



## APRESENTAÇÃO

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

Exerci a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará agregando as idéias e ações dos eminentes integrantes deste Poder, especialmente do VicePresidente, Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, da Corregedora da Região Metropolitana de Belém, Desembargadora Yvonne Santiago Marinho e da Corregedora do Interior, Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante. Foram também os Juizes de Direito e os servidores nos diferentes graus da hierarquia que tornaram visível o destinatário de um processo, reafirmando o compromisso com a vida contida numa ação judicial.

Os meus agradecimentos se estendem ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo pela boa vontade demonstrada em buscar a harmonia dos poderes, sem perder a autonomia institucional.

Agradeço, por fim, aos meus familiares, aos jornalistas que testemunharam cotidianamente a gestão do Tribunal, e ao cidadão comum do Estado do Pará, que alimenta suas esperanças de um mundo mais justo por meio da aplicação do Direito.

Espero que o Senhor nos abençoe e ilumine sempre.

**Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**



## AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### EQUILÍBRIO FINANCEIRO

No biênio 2003-2004, foi definido, como uma das metas de gestão do TJE, o fortalecimento de sua autonomia financeira, objetivando a independência e eficiência do Judiciário. Nesse sentido, assegurou-se a manutenção do equilíbrio fiscal, a partir da implementação de ferramentas de planejamento e controle orçamentário, do acompanhamento da arrecadação dos recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário-FRJ, e do monitoramento das despesas de manutenção da máquina administrativa.

O Sistema Integrado de Arrecadação Judicial, SIAJU, instituído pela Lei Estadual nº 6.617, de 07/01/2004, com a finalidade de coordenar as atividades operacionais do FRJ, permitiu, por sua vez, a intensificação das ações de controle da arrecadação, com funcionamento de uma unidade central já existente, porém dependente de formalização legal, e de unidades de arrecadação nas Comarcas com grande demanda judicial, definidas pela Resolução nº 001/2004, em Ananindeua, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Castanhal, Capanema, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Redenção, Santa Isabel do Pará e Santarém.

Em um contexto caracterizado pela discussão da reforma do Judiciário e pelo crescente esvaziamento das quotas do Fundo de Participação dos Estados, a capacidade técnica e gerencial do TJE concentrou esforços no combate à evasão dos recursos próprios do Judiciário e na redução dos custos de manutenção do Poder Judiciário.

### FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO-FRJ

A elevação das receitas oriundas da cobrança das custas judiciais, da comercialização dos selos de segurança e do recolhimento das taxas incidentes sobre os emolumentos cobrados pelos atos praticados pelos titulares dos serviços notoriais e de registro, possibilitou a absorção parcial das perdas resultantes do esvaziamento crescente das quotas estaduais, reflexo da redução das transferências de recursos para o Estado.

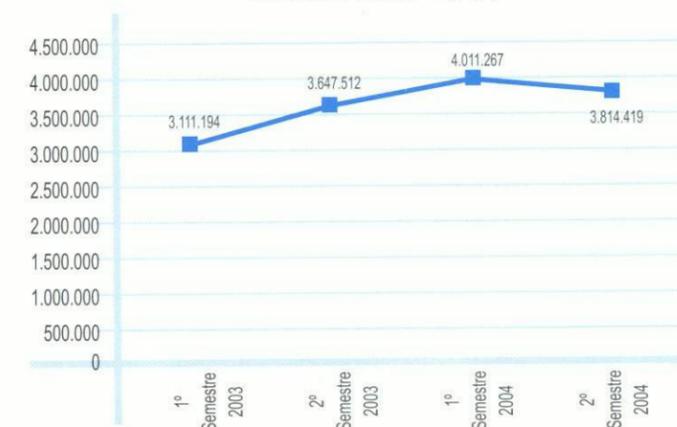


## AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Os recursos do FRJ, que em anos anteriores financiavam, em média, 20% das despesas de custeio da máquina, passaram a responder por 50% das despesas.

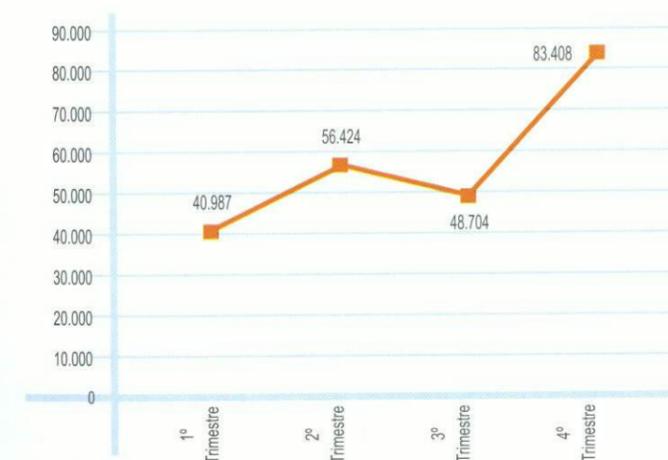
### EVOLUÇÃO SEMESTRAL DAS CUSTAS JUDICIAIS BIÊNIO 2003-2004



FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial.

Nota: Inclui taxas e custas arrecadadas por cartórios Judiciais não estatizados.

### EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DAS CUSTAS JUDICIAIS BIÊNIO 2003-2004 / CASTANHAL



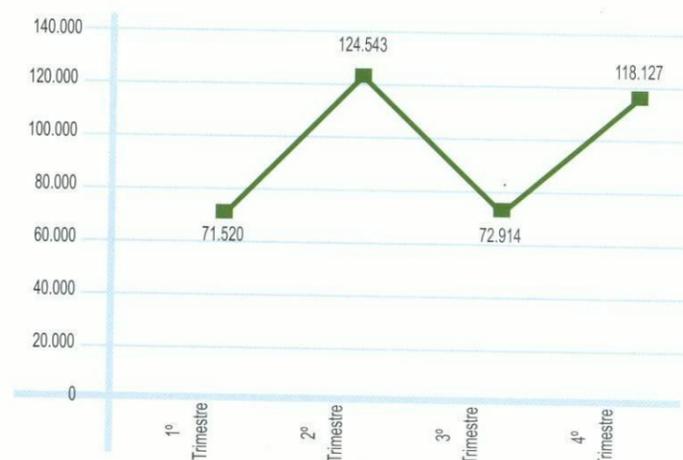
FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial



## AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DAS CUSTAS JUDICIAIS BIÊNIO 2003-2004 / SANTARÉM



FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial

### RECURSOS ARRECADADOS PELO FRJ BIÊNIO 2003-2004

Especificação	2003	2004	Total	2003/2004 (%)
Taxas e Custas Judiciais	6.758.706	7.825.686	14.584.392	15,79
Selos de Segurança	2.054.005	2.212.415	4.266.420	7,71
Outras Receitas	4.272.116	4.264.604	8.536.720	-0,18
<b>TOTAL</b>	<b>13.084.827</b>	<b>14.302.705</b>	<b>27.387.532</b>	<b>9,31</b>

FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial

Nota: Inclui as Taxas e Custas Judiciais arrecadadas pelos Cartórios não estatizados.

A informatização da arrecadação judicial nos municípios de Santarém e Castanhal, com metodologia aprimorada, permitiu o acompanhamento e controle das receitas do FRJ, garantindo o incremento da arrecadação na ordem de 193% em Santarém e 263% em Castanhal.



## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

*“Hoje sabemos que não basta apenas planejar, organizar, gerir recursos materiais e financeiros, mas principalmente agregar conhecimento e tecnologia, a fim de dar respostas rápidas à sociedade, para que cada um receba o que lhe é devido”.*

**(Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza)**

Uma das áreas do conhecimento humano mais exposta à mudança é a administrativa, havendo, em decorrência, necessidade de se enfrentar o desafio, definindo claramente o que se pretende, de forma integrada e transparente.

O Tribunal estabeleceu como diretrizes administrativas, para o biênio 2003/2004, o monitoramento dos custos de manutenção de sua máquina, reduzidos em cerca de 8%; a aquisição de bens e serviços de pequeno vulto de forma descentralizada, com a participação dos Magistrados em suas respectivas Comarcas; os investimentos na tecnologia da informação; o desenvolvimento institucional, com preenchimento de cargos, por meio de concurso público e valorização de pessoal, e, finalmente, o estabelecimento de parcerias.

### EFICIENTIZAÇÃO DE RECURSOS

A repactuação dos contratos celebrados pelo TJE, a adoção da modalidade licitatória e do Pregão, e o acompanhamento rígido de todas as fases da despesa contribuíram para a redução do custo da máquina em cerca de 8% do valor estimado para o biênio.

A redução permitiu o aumento dos recursos repassados a título de Suprimento de Fundos para a manutenção das Comarcas, com os Magistrados gerindo diretamente os valores de forma descentralizada. A



prática, além de reduzir gastos com fretes e diárias, possibilitou a aquisição de bens e serviços na região, aquecendo o mercado local.

A Resolução nº 0013/2004, que dispõe sobre as publicações de atos e decisões no Diário da Justiça, instituiu mais um mecanismo de redução de gastos ao determinar que os atos e decisões de caráter judicial e administrativo sejam publicados restritos aos elementos necessários a sua identificação, conclusão e vigência.

### LICITAÇÕES

As aquisições de bens e serviços do Tribunal ocorreram não só por meio de procedimentos licitatórios nos moldes tradicional, mas, especialmente, pela modalidade Pregão Presencial, ensejando o aumento da competitividade e ganhos significativos para a administração.

Os certames licitatórios garantiram uma economia média superior a 22% entre os valores estimados e os efetivamente contratados pelo Tribunal, com percentuais variados, a exemplo das licitações de material elétrico, que expressou a diferença de 34,46%; da reforma do Fórum de Icoaraci em 33%; do fornecimento de combustível em 34,14%; da aquisição de selos de segurança em 66,93% e da aquisição de suprimento de informática em 44,47%, dentre outras.

Do total de R\$ 12.226.844,00 (doze milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais) estimados inicialmente, foi possível economizar R\$ 2.700.883,00 (dois milhões, setecentos mil, oitocentos e oitenta e três reais).

A experiência do Tribunal e a competência demonstrada na condução dos Pregões Presenciais, realizados com as equipes designadas, alcançou repercussão, motivando a solicitação de colaboração do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público, motivo de satisfação para a administração.



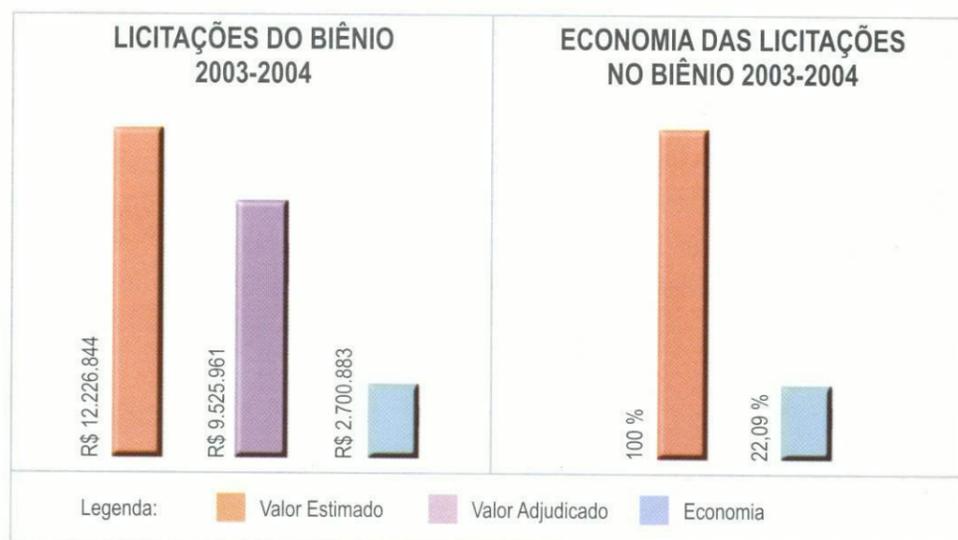
### MAPA DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NO BIÊNIO 2003/2004

Item	Objeto	Valor Estimado	Valor Adjudicado	Economia (R\$)	Economia (%)
01	NOBREAKS (500 UNIDADES)	125.000	92.250	32.750	26,20
02	IMPRESSORAS LASER (500 UNIDADES)	445.000	297.500	147.500	33,15
03	NOTEBOOKS (40 UNIDADES)	320.000	221.800	98.200	30,69
04	MICROCOMPUTADOR (428 UNIDADES)	1.518.000	1.157.750	360.250	23,73
05	REFRIGERADORES - 280 LITROS(10 UNIDADES)	8.400	8.350	50	0,60
06	REFRIGERADORES - 80 LITROS (31 UNIDADES)	21.731	18.383	3.348	15,41
07	CONDICIONADOR DE AR - 7.500 BTU'S (10 UN)	6.692	6.100	592	8,85
08	CONDICIONADOR DE AR - 10.000 BTU'S (11 UN)	11.576	8.580	2.996	25,88
09	CONDICIONADOR DE AR - 12.000 BTU'S (70 UN)	87.108	64.260	22.848	26,23
10	CONDICIONADOR DE AR - 18.000 BTU'S (56 UN)	89.925	59.136	30.789	34,24
11	CONDICIONADOR DE AR - 21.000 BTU'S (20 UN)	36.640	30.000	6.640	18,12
12	CONDICIONADOR DE AR - 30.000 BTU'S (15 UN)	39.675	33.600	6.075	15,31
13	CAIXAS COM 10 DISQUETES - (2.000 CAIXAS)	14.200	10.600	3.600	25,35
14	CARTUCHOS DE TONER (1740 UNIDADES)	631.390	462.489	168.901	26,75
15	REFIL PRETO P/ FAX (50 UNIDADES)	4.750	941	3.809	80,19
16	REFIL DE TINTA (10 UNIDADES)	626	155	471	75,24
17	CARTUCHOS DE TINTA (10 UNIDADES)	1.400	1.310	90	6,43
18	KIT DE TONER (150 UNIDADES)	43.050	36.750	6.300	14,63
19	APARELHOS DE FAX	71.190	63.600	7.590	10,66
20	APARELHOS TELEFÔNICOS	16.784	10.000	6.784	40,42
21	AQUISIÇÃO DE 500 MICROCOMPUTADORES	2.255.000	1.470.000	785.000	34,81
22	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	404.490	366.090	38.400	9,49
23	REFORMA DO FÓRUM DE MOSQUEIRO	89.876	87.110	2.766	3,08
24	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	50.000	69.125	(19.125)	(38,25)
25	AQUISIÇÃO DE UMA ENVELOPADORA	15.863	15.999	(137)	(0,86)
26	SERVIÇO GRÁFICO	49.100	56.150	(7.050)	(14,36)
27	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES	79.220	69.290	9.930	12,53
28	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO CASTANHAL	72.000	66.480	5.520	7,67
29	CONTRATAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS	78.800	73.353	5.447	6,91
30	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	74.000	71.400	2.600	3,51
31	SERVIÇO GRÁFICO	64.873	54.010	10.864	16,75
32	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO	74.863	52.992	21.871	29,21
33	REFORMA DO FÓRUM DE SANTA IZABEL DO PARÁ	23.838	20.370	3.468	14,55
34	LOCAÇÃO DE 25 RÁDIOS TRANSMISSORES	25.000	19.500	5.500	22,00
36	REFORMA DA RESIDÊNCIA OFICIAL DE BRAGANÇA	23.838	28.526	(4.688)	(19,67)
37	VIGILÂNCIA E PORTARIA	647.800	636.424	11.376	1,76
38	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	317.000	176.021	140.979	44,47
39	CONDUTORES DE VEÍCULOS	370.000	330.181	39.819	10,76
40	MATERIAL DE EXPEDIENTE	204.000	194.129	9.871	4,84
41	MATERIAL ELÉTRICO	149.500	97.978	51.522	34,46
42	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	225.000	242.387	(17.387)	(7,73)
43	FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS	360.000	360.000	-	-
44	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	114.260	89.346	24.915	21,81
45	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL	120.000	108.282	11.718	9,77
46	MATERIAL DE EXPEDIENTE	324.639	265.360	59.280	18,26
47	PRODUÇÃO DO VÍDEO DOCUMENTÁRIO	78.000	76.740	1.260	1,62
48	REFORMA DO FÓRUM DE BENEVIDES	99.538	76.443	23.095	23,20
49	REFORMA FÓRUM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	139.005	110.246	28.759	20,69
50	REFORMA ICOARACI	83.587	56.000	27.587	33,00
51	REFORMA DO FÓRUM DE ORIXIMINÁ	81.117	69.096	12.021	14,82
52	REFORMA DO FÓRUM DE ANANINDEUA	147.919	122.506	25.413	17,18
53	REFORMA DO FÓRUM DE MARITUBA	59.985	51.020	8.965	14,95
54	REFORMA DO FÓRUM DE MONTE ALEGRE	50.285	38.493	11.792	23,45
55	MOBILIÁRIO FÓRUM ULIANÓPOLIS E PARAGOMINAS	18.238	12.899	5.339	29,27
56	SERVIÇO GRÁFICO	61.761	59.995	1.766	2,86
57	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	650.000	428.074	221.926	34,14
58	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES	152.220	144.470	7.750	5,09
59	AQUISIÇÕES DE MÓVEIS PARA MARABÁ	92.034	76.597	15.437	16,77
60	AQUISIÇÃO DE SELOS DE SEGURANÇA	195.000	64.496	130.504	66,93
61	CONDUTORES DE VEÍCULOS	612.058	534.830	77.228	12,62
<b>TOTAIS</b>		<b>12.226.844</b>	<b>9.525.961</b>	<b>2.700.883</b>	<b>22,09</b>



## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



## GESTÃO TECNOLÓGICA

A modernização da estrutura tecnológica do Judiciário envolveu investimentos de grande porte no reaparelhamento do parque computacional, assegurando infra-estrutura com equipamentos de ponta em todas as unidades do Tribunal. O avanço permitiu a ampliação do acesso à internet e dinamização do site; a informatização dos Juizados Especiais; a ampliação dos sistemas corporativos - SISTEMA SAPXXI - Sistema de Acompanhamento de Processos do 1º Grau; a instituição do Sistema de Arrecadação Judicial, SIAJU; a ampliação do Sistema de Controle de Processos de 2º Grau das Corregedorias, das Turmas Recursais e de presos provisórios e condenados.

Com a sociedade contemporânea em progressiva transformação, o avanço tecnológico, ao permitir a evolução dos métodos tradicionais, possibilitou a interação do desenvolvimento institucional aos ganhos sociais.

Para viabilizar a informatização do Judiciário de forma que a sede do Tribunal, todas as Comarcas da Região Metropolitana de Belém e do Interior e os Juizados Especiais possam se comunicar, foram adquiridos, no biênio, um



## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

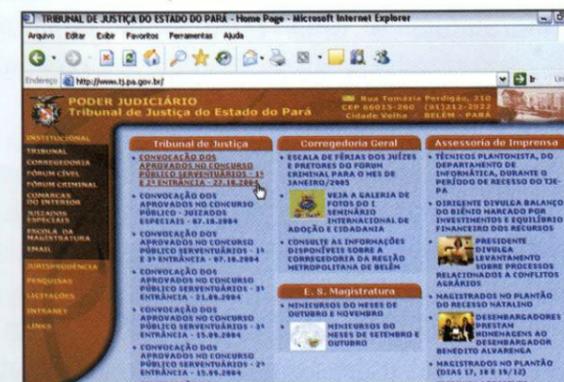
total de 2140 equipamentos, para atender a demanda existente, dentre os quais 984 microcomputadores, 40 notebooks e 521 impressoras, distribuídos à sede do Tribunal, às 104 Comarcas existentes aos Termos Judiciários de Aveiro, Bagre, Colares, Juruti, Magalhães Barata e Santa Cruz do Arari, e o critério utilizado na distribuição obedeceu rigorosamente à demanda de trabalho diagnosticada pela Administração do Tribunal.

### EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ADQUIRIDOS NO BIÊNIO 2003-2004

Microcomputador	Impressora	Nobreak	Estabilizador
1024	521	518	77

## HOME - PAGE

Criada em setembro de 1996, a atual home-page do TJE foi consideravelmente ampliada para inclusão de vários serviços, proporcionando condições para que as informações geradas estejam disponíveis na internet, considerando tratar-se de uma importante via de comunicação dos serviços do Judiciário, facilitando o acesso dos cidadãos à Justiça. Os novos recursos e melhorias realizadas na página de internet do TJE-PA no biênio 2003/2004 foram:



Home-page do TJE: www.tj.pa.gov.br



## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

- alteração para desmembramento da página da Corregedoria em Corregedoria da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria do Interior, disponibilizando o acervo de Provimentos de ambas as Corregedorias e Plantão, com recursos de pesquisa diversos;
- desenvolvimento do Sistema Informatizado de Correições da Corregedoria do Interior, permitindo o controle, por meio de formulários on-line, das correições realizadas pela Corregedoria das Comarcas do Interior, com consulta aos relatórios das correições;
- desenvolvimento de Sistema de Jurisprudência integrado ao serviço de Registro de Acórdão;
- consulta aos processos das comarcas de Santarém, Castanhal, Marabá e Marituba, das resenhas de processos das Comarcas de Belém e Ananindeua, e dos processos do Juizado Especial Cível do Consumidor;
- publicação de Editais de Licitação, com controle de licitantes e avisos automáticos aos usuários;
- sistema de Legislação de Recursos Humanos, com informações sobre os direitos e deveres relacionados à área de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

### SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIGEO

O SIGEO, criado para gerenciamento e monitoramento de informações cartográficas, é uma ferramenta multifuncional, cuja contextualização técnica oferece opções estratégicas à operacionalização de setores e serviços do Judiciário.

Por meio da disponibilização de banco de dados com informações obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o SIGEO trabalhará o cruzamento de informações de órgãos federais e estaduais, estruturando e potencializando a capacidade da instituição, na construção de viabilidades e sistemas de direção, relacionadas, no primeiro momento, ao planejamento da ação da Ouvidoria Agrária, no trato da questão fundiária e notorial no Estado.



## INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

### AÇÕES NA REDE FÍSICA

No biênio 2003/2004, o Tribunal administrou cerca de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) entre aquisições de imóveis, reformas, ampliações e construções, efetuados nas Comarcas da capital e do interior.

O terreno desapropriado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, através dos Decretos nº 0011, de 30/01/2003, e nº 0354, de 29/08/2003, localizado na Avenida Augusto Montenegro, foi devidamente quitado, arcando o Tribunal com o pagamento de 30% do valor de avaliação, qual seja, R\$-293.241,00 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e um reais).

Em fevereiro de 2004, foi assinada a escritura do imóvel do Fórum da Comarca de Marituba. O valor do imóvel adquirido - R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) - representou o equivalente a um terço do valor da opção de construção. A nova sede, reformada, possui uma área de 900m<sup>2</sup>, no centro urbano do município.

### OBRAS EM PARCERIA

O TJE intensificou as parcerias interinstitucionais, formalizando convênios com Prefeituras Municipais e organismos privados, que resultaram em obras de grande relevância para a população.

Dentre as parcerias realizadas, é importante destacar os convênios celebrados entre o TJE e as respectivas Prefeituras Municipais de Breu Branco, Novo Repartimento e Ulianópolis.

O Fórum Juiz de Direito Manoel Maria Barros da Costa, da Comarca de Breu Branco, foi instalado em 16 de abril de 2004, para atender a uma população de cerca de 32.446 habitantes antes jurisdicionada à Comarca de Tucuruí.



## INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

O município de Novo Repartimento, área de jurisdição de Tucuruí, com população de 41.817 habitantes, teve instalada a sua Comarca em 21 de junho de 2004, com o Fórum recebendo o nome de Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Mello.



Inauguração do Fórum de Breu Branco.



Sede da Comarca de Novo Repartimento.

No Convênio com a Prefeitura de Ulianópolis, formalizado na proporção de 50% para as partes, coube ao TJE o desembolso de R\$ 205.550,91 (duzentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e um centavos) o que viabilizou a instalação do Fórum Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, em 18 de setembro de 2004.



Instalações do Fórum de Ulianópolis.



## INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

As novas Comarcas vieram beneficiar os moradores dos municípios, possibilitando maior agilidade na prestação jurisdicional. As Comarcas instaladas e inauguradas foram equipadas e climatizadas com recursos do TJE, com móveis em madeira de lei, produzidos nos pólos moveleiros de Paragominas e Castanhal. O Tribunal utilizou também os pólos moveleiros para produzirem os móveis dos Fóruns de Curuçá e de Marabá.

Em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e interveniência da Associação dos Magistrados, foi possível a reforma e revitalização da Biblioteca Antônio Koury, um espaço importante para aqueles que buscam conhecimento na área jurídica.

Inaugurada no ano de 1874, com a instalação do Tribunal de Relação de Belém, através da Lei de Criação nº 2.342, de dezembro de 1873, a Biblioteca do TJE situava-se na Rua dos Mercadores nº 30, atual João Alfredo. Em 1970, ganhou novas instalações no prédio do Palácio de Justiça, recebendo o nome do Desembargador Antônio Koury. A revitalização da Biblioteca compreendeu reforma do espaço físico, climatização, aquisição de novos livros e equipamentos tecnológicos.



Inauguração das novas instalações da biblioteca.

A relevância da história da Biblioteca Antônio Koury está ligada à história dos Magistrados e Servidores, partilhada por todas as pessoas que vieram ao TJE em busca de justiça.

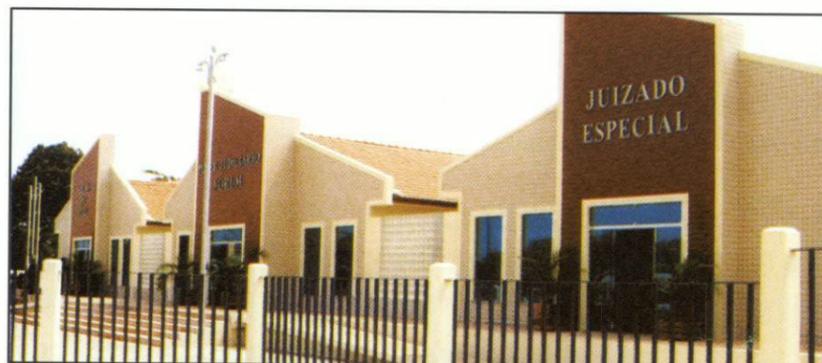


## INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA

Os moradores do município de Marabá, no sudeste do estado, já podem contar com um Fórum mais amplo e moderno. A inauguração do novo prédio ocorreu em 05 de novembro de 2004, para responder às necessidades advindas do crescimento demográfico e econômico do município. A nova sede, cuja construção foi iniciada na administração da Desembargadora Climeniê Bernadette de Araújo Pontes, no ano de 2002, possui área total de 4.149 m<sup>2</sup>, sendo 2.240,23 m<sup>2</sup> de área construída, abrigando dez gabinetes, distribuídos em quatro blocos.



Nova sede do Fórum de Marabá.

Também de grande significação, foi a reforma e a restauração das peças do Museu Judiciário, reaberto para exposições permanentes de documentos do acervo do Tribunal, como o processo de julgamento do assassinato de Severa Romana, o do incêndio criminoso da Basílica de Nazaré, o do inventário de bens de Antônio Lemos, e de outros de importância histórica similar. A recuperação de móveis do Judiciário, como a restauração da primeira mesa que serviu ao Plenário do TJE, datada de 1879, estimulou a recuperação de fotografias de ex-presidentes, e peças de época que fizeram parte da história do TJE.

O Museu Judiciário foi inaugurado em 08 de Dezembro de 1971, com a finalidade de guardar, preservar, manter os elementos históricos da vida judiciária do Estado, os dados antropológicos do homem delinqüente na sociedade paraense, os aspectos médico-legais das ações delituosas, e prover pesquisas sobre esses assuntos.



## INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DEMONSTRATIVO DE OBRAS EXECUTADAS NO BIÊNIO 2003-2004

COMARCA	OBRA	ÁREA CONST. m <sup>2</sup>	RECURSOS	VALOR TOTAL R\$	CONCLUSÃO
ANANINDEUA	Reforma geral do Fórum	1.820,02	TJE	141.755,08	01/12/04
	Reforma parcial do Juizado Cível	37,41	TJE	6.061,05	19/07/04
	Reforma parcial do Juizado Criminal	90,23	TJE	13.294,77	30/09/03
	Reconstrução do muro do terreno	420,00	TJE	17.400,00	Em andamento
BENEVIDES	Reforma do Fórum e reforço estrutural da caixa d'água	456,07	TJE	90.743,06	01/12/04
BELÉM	Pintura Geral do Fórum Criminal	1.965,00	TJE	14.526,00	19/04/04
	Reforma e ampliação da Biblioteca	366,42	CVRD (100%)	207.902,51	02/12/04
	Reforma do Fórum Distrital Icoaraci	555,39	TJE	64.539,00	16/06/04
BONITO	Construção do Telhado e forro de PVC do Fórum	428,81	TJE	14.000,00	18/03/04
BRAGANÇA	Reforma da Residência	104,00	TJE	28.525,64	03/06/04
	Reforma do Salão de Júri no Fórum	61,00	TJE	10.867,92	27/09/04
BREU BRANCO <small>Instal. Comarca</small>	Doação do Prédio destinado ao Fórum	218,02	PREF. MUNIC.	—	30/03/04
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA		594,06	TJE	110.246,14	Em andamento
MARABÁ	Construção do Fórum e Juizados Especiais	2.240,23	TJE	1.295.908,36	05/11/04
MARITUBA	Reforma parcial com ampliação do Imóvel Adquirido em Março/04 - R\$	186,97	TJE	51.019,73	10/08/04
MONTE ALEGRE	Reforma parcial do Fórum	548,95	TJE	38.493,42	03/09/04
NOVO REPARTIMENTO <small>Instal. Comarca</small>	Doação do prédio destinado ao Fórum	200,00	PREF. MUNIC.	—	31/05/04
ÓBIDOS	Reforma parcial do Fórum	458,81	TJE	14.940,00	15/03/04
	Reforma parcial da Residência	104,00	TJE	14.970,00	Em andamento
ORIXIMINÁ	Reforma parcial do Fórum e da Residência	341,60	TJE	69.096,36	17/08/04
PARAGOMINAS	Reforço estrutural do Salão do Júri no	100,00	TJE	6.858,27	03/12/04
PRAINHA	Reforma parcial do Fórum	145,00	TJE	14.704,60	03/08/04
	Reforma da Residência	104,00	TJE	11.102,00	03/08/04
PRIMAVERA	Reforma da cobertura e rede elétrica de computadores do Fórum	195,00	TJE	14.547,37	Em andamento
RIO MARIA	Reforma parcial do Fórum	390,62	TJE	14.400,00	16/08/04
SALINÓPOLIS	Fórum			14.779,29	12/12/03
	Telhado	406,56	TJE	12.912,73	05/12/03
SANTA IZABEL	Reforma parcial do Fórum	692,50	TJE	22.737,79	05/05/04
SANTO A. DO TAUÁ	Reforma parcial da Residência	104,00	TJE	12.031,11	24/12/03
SÃO FÉLIX DO XINGÚ	Reforma parcial do Fórum	313,92	TJE	14.217,60	22/07/04
TUCUMÃ	Perfuração de poço artesiano e construção da caixa d'água	391,00	TJE	13.000,00	30/11/04
ULIANÓPOLIS <small>Instal. Comarca</small>	Construção do Fórum	420,38	PREF. MUNIC. (50%) TJE (50%)	205.550,91 205.550,91	16/08/04
VIGIA	Reforma da Residência	105,00	TJE	14.645,14	Em andamento
XINGUARA	Reforma parcial do Fórum	367,63	TJE	14.912,62	27/03/04
<b>TOTAL REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES BIÊNIO 2003-2004</b>				<b>2.627.797,50</b>	



## VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO TJE

*“O modelo de gestão incluiu investimento em pessoal, base de qualquer administração. É inegável que a tecnologia vem gerando ferramentas de trabalho importantes. Entretanto, é com a inteligência, o talento e o incrível dom de crescimento e de desenvolvimento das pessoas, que as instituições contam para prestar um serviço eficiente à sociedade”.*

**(Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza)**

Para responder à demanda dos cidadãos e com mais eficiência distribuir serviços à população, o TJE investiu na melhoria da qualificação profissional de seus integrantes, procedendo o preenchimento de cargos por meio de concurso público.

Dentro da política de valorização dos integrantes do Judiciário, o Tribunal, em cumprimento ao disposto na Resolução 0020/2003, iniciou o pagamento proveniente de diferenças de escalonamentos de Magistrados, reconhecida pela Resolução STF 242/2002. Procedeu, por sua vez, o pagamento da correção da URV, decorrente da perda causada pelo cálculo da transformação do padrão monetário do período relativo a 1994 e 1995.

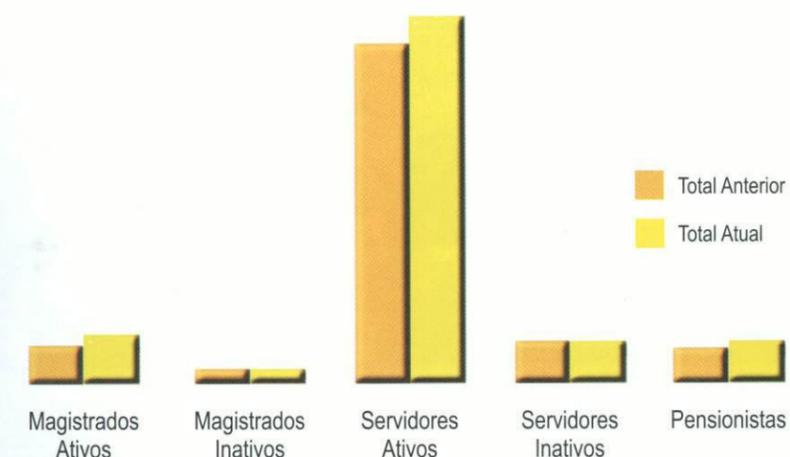
A capacidade de financiamento do TJE permitiu, ainda, acompanhar os percentuais de reajuste salarial praticados pelo Executivo Estadual, de 8,12% no biênio. Com relação ao benefício do auxílio alimentação, aumentou significativamente seu valor para R\$ 300,00 ( trezentos reais ) mensais, ampliando a abrangência, de forma a beneficiar 2.044 servidores.

### DEMONSTRATIVO GERAL - ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS BIÊNIO 2003-2004

Pessoal	Total Anterior	Nomeados/ Concursados	Afastamentos e Diversos*	Inativos/ Pensionistas	Total Atual
Magistrados Ativos	245	57	(22)		280
Magistrados Inativos	77		(5)	12	84
Servidores Ativos	2.068	300	(150)		2.218
Servidores Inativos	226		(17)	21	230
Pensionistas	213			13	226
<b>TOTAL</b>	<b>2.829</b>	<b>357</b>	<b>(194)</b>	<b>46</b>	<b>3.038</b>

\* Aposentadorias, falecimentos, demissão, etc.

## QUANTITATIVO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS BIÊNIO 2003-2004



FONTE: Recursos Humanos.



Servidora do TJE condecorada com a Medalha de Bons Serviços.



### JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS NOMEADOS NO BIÊNIO



A Presidente do TJE acompanhada dos Juízes empossados em 2004.

Foram nomeados, no Biênio, 54 Juízes Substitutos e 305 Serventuários.

Adelino Arrais Gomes da Silva  
 André Luiz Santos Britto  
 Antonio Carlos de Souza Moitta Koury  
 Antonio Francisco Gil Barbosa  
 Artur Teixeira de Carvalho Neto  
 Augusto Bruno de Moraes Favacho  
 Carlos Magno Gomes de Oliveira  
 César Dias de França Lins  
 Charles Claudino Fernandes  
 Cosme Ferreira Neto  
 Cristiano Magalhães Gomes  
 Danielle Karen da Silveira Araújo  
 Danielly Modesto de Lima  
 Edna Maria de Moura Palha  
 Eduardo Antonio Martins Teixeira  
 Elano Demetrio Ximenes  
 Eline Salgado Vieira  
 Emerson Benjamin Pereira de Carvalho  
 Everaldo Pantoja e Silva  
 Fábila Mussi de Oliveira Lima  
 Fábio Penezi Povoá  
 Francisco Jorge Gemaque Coimbra  
 Franco Zuza Nobrega  
 Fredison Capeline  
 Gabriel Costa Ribeiro  
 Geraldo Neves Leite  
 Gerson Marra Gomes

Gisele Mendes Camarão  
 Haroldo Sérgio Lima Ferreira  
 Helano Landim de Albuquerque  
 Helena de Oliveira Manfroi  
 Helio Pinheiro Pinto  
 Joao Ronaldo Corrêa Mártires  
 Jonas da Conceição Silva  
 Josué de Sousa Lima Junior  
 Júlio César Fortaleza de Lima  
 Lauro Alexandrino Santos  
 Libio Araújo Moura  
 Luciana Maciel Ramos  
 Lúcio Paulo Fernandes Soares  
 Luiz Otávio Oliveira Moreira  
 Marcelo Andrei Simão Santos  
 Murilo Lemos Simão  
 Omar José Miranda Cherpinski  
 Paulo Pereira da Silva Evangelista  
 Ricardo Felício Scaff  
 Rosa Maria Moreira da Fonseca  
 Sherida Keila Pacheco Teixeira  
 Tarcila Maria Souza de Campos  
 Thiago Tapajos Gonçalves  
 Tulio Eugênio dos Santos  
 Waltencir Alves Gonçalves  
 Weber Lacerda Gonçalves  
 Wilson de Souza Corrêa

### SERVENTUÁRIOS NOMEADOS NO BIÊNIO

O TJE nomeou e preencheu o quadro de pessoal dos Juizados Especiais de Belém e parte da Região Metropolitana de Belém, incluindo os Juizados Central, da Cidade Velha, do Jurunas, de Icoaraci, do Mosqueiro, da Cidade Nova, do PAAR, da UNAMA, do CESUPA e ainda o de Acidentes de Trânsito e o do Consumidor. A medida possibilitou o retorno dos servidores que se encontravam à disposição dos Juizados Especiais às funções de origem, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

#### NOMEADOS 2003-2004

Cargos	Justiça Militar	Interior	Capital	Juizados Esp.	Total Atual
Auxiliar Judiciário				5	5
Auxiliar de Secretaria	1	51	7	71	130
Diretor de Secretaria		56	9		65
Oficial de Justiça	2	47	11	43	103
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>154</b>	<b>27</b>	<b>119</b>	<b>303</b>

FONTE: Recursos Humanos.

### CAPACITAÇÃO

O conhecimento, matéria prima da educação, está se tornando o recurso estratégico do desenvolvimento moderno. As transformações, que atingem o universo do conhecimento em geral, exigem, das instituições, posturas de incentivo à capacitação e ao aperfeiçoamento contínuo das formas de atendimento ao cidadão.

A melhoria das relações do cotidiano interno de trabalho e o reconhecimento externo do TJE foram reflexos importantes de gestão, motivando a participação do corpo funcional em atividades de capacitação e reciclagem. O investimento em pessoal, aliado ao compartilhamento de responsabilidades, induz o funcionário a redobrar seus esforços, dedicação e grau de comprometimento com a missão do Tribunal.



Com esse sentimento, a Administração tem ampliado, a cada ano, a participação de servidores na grade de cursos oferecidos pela Escola de Governo do Estado pela Secretaria Executiva de Administração do Estado, e pela Escola Superior da Magistratura.

O TJE também apoiou integralmente o Ministério da Justiça nas etapas de preparação e execução da capacitação em penas alternativas, no período de 18 a 19 de novembro de 2004, para Juízes e técnicos do Judiciário, que trabalham com esse sistema, nos estados da região norte. Os casos mais freqüentes nas centrais de atendimento estão relacionadas a delitos envolvendo poluição sonora, lesões corporais leves, ameaça, furto e consumo de drogas. Entre as penas executadas consta a prestação de serviços à comunidade, prestação pecuniária, suspensão condicional do processo, prisão domiciliar e livramento condicional.

### ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

No biênio, a Escola Superior da Magistratura, através do Projeto Pedagógico de Interiorização, promoveu cursos de capacitação e aperfeiçoamento para a comunidade judiciária do Estado, tendo por público alvo as Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias judiciárias. Cerca de 660 servidores participaram das atividades acadêmicas da escola, que incluíram programas de cursos regulares, minicursos, seminários e palestras realizadas em municípios-pólos, abordando o processamento em vara cível e penal.

O treinamento para oficiais de justiça capacitou serventuários de oito comarcas, objetivando o melhor desempenho das funções ligadas diretamente ao atendimento dos jurisdicionados. Foram atendidos os núcleos de Concórdia do Pará (Acará, Tomé-Açu) e Cametá (Limoeiro do Ajuru, Baião, Mocajuba e Oeiras do Pará).

Ainda em 2004, cerca de 80 Bacharéis em Direito participaram do XIII Curso Preparatório à Carreira da Magistratura, com duração de nove meses e, ao final do curso, receberam certificado com a pontuação da avaliação, passível de utilização em prova de títulos de concursos públicos.



### CURSOS REALIZADOS PELA ESM

Atualização em Direito de Família no Novo Cód. Civil	2003/2004
Os Fatos Jurídicos no Atual Código Civil	2003
Direito das Empresas	2003
Direito Tributário na Atualidade	2003
Sistema Integrado de Gestão de Pessoas TJE - PA	2003
Processamento em Vara Cível e Penal	2003/2004
S. M. do Guamá, Marabá, Abaetetuba, Núcleo Santarém, Altamira, Conceição do Araguaia, Benevides, Concórdia do Pará (abrangendo Acará e Tomé-Açu), Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião.	
Treinamento para Oficiais de Justiça	2003/2004
S. M. do Guamá, Marabá, 1ª Entrância, Altamira, Conceição do Araguaia, Ananindeua, Abaetetuba, Núcleo Santarém, Concórdia do Pará (abrangendo Acará e Tomé-Açu), Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião.	
Licitações na Administração Pública	2003
O Servidor Público e as Reformas Administrativa e Previdenciária	2003/2004
Treinamento para Escrivães e Escreventes - 1ª Entrância	2003
Curso de Atualização em Direito Processual Civil	2003/2004
Curso de Atualização em Direito Civil	2003/2004
Aperfeiçoamento em Direito Agrário e Ambiental	2003
Aspectos do Código de Processo Civil Reformado	2003
Tópicos Atuais do Direito Penal	2003
Controle Jurisdicional de Constitucionalidade	2003
Novos Rumos do Direito do Consumidor	2003
Tutelas de Urgência no Processo Civil Brasileiro	2003
Princípios Constitucionais Tributários	2003
Sucessão Legítima no Atual Código Civil	2003/2004
Redação Administrativa e Atualização Gramatical	2003
Aspectos da Reforma no Sistema Recursal	2003
Treinamento para Serventuários dos Juizados Especiais	2003/2004
Trein. para Oficiais de Justiça dos Juizados Especiais	2003
Aspectos Teóricos e Práticos dos Juizados Criminais	2003
Atualização em Direito Agro-Ambiental	2003
XII e XIII Curso de Preparação à Carreira de Magistratura	2003/2004
Curso de Adequação à Estrutura do Poder Judiciário	2003
Atualização em Direito Civil	2003
Principais Tópicos do Novo Código Civil	2003
Direito das Empresas no Novo Código Civil	2003
Direitos e Deveres do Servidor Público	2003
Atualização em Processo Civil	2003
Direito do Consumidor	2003
Tópicos Atuais do Processo Civil	2003
Treinamento para Escrivães da 2ª Entrância	2003
Treinamento para Escreventes da 2ª Entrância	2003
Treinamento para Oficiais de Justiça da 2ª Entrância	2003
Curso de Adequação à Estrutura e ao Funcionamento do Poder Judiciário	2003
Direito e Internet	2003
As Pessoas no Atual Código Civil	2003
Direito Administrativo - Licitações na Administração Pública	2003
Recursos à Luz das Leis 10.352 e 10.558	2003
Principais Tópicos do Direito Penal Ambiental	2003
Sucessões no Atual Código Civil	2003
Atualização em Direito de Família no Novo Código Civil	2003
Treinamento para Serventuários dos Juizados Especiais	2004
Direito Contratual no Ambiente Virtual	2004
Tópicos Especiais do Direito Tributário	2004
Curso de Atualização em Direito do Consumidor	2004
Inovações no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal	2004
Liminares e Antecipação de Tutela em Contratos Bancários	2004
Questões Polêmicas do Júri	2004
Curso de Atualização em Microinformática	2004
Curso de Atualização em Excel	2004
Temas Atuais de Processo Civil	2004
Atualização em Microinformática para Servidores	2004
Adequação à Estrutura e ao Funcionamento do Poder Judiciário	2004
Atualização em Direito Constitucional - Módulo I e II	2004
Atualização em Direito Eleitoral	2004
Direito Comercial no Atual Código Civil	2004
Pontos Controvertidos na Tutela Material do Direito do Consumidor	2004
Segredos do Processo nos Juizados Especiais Cíveis	2004
Tópicos Importantes do Direito Civil I, II e III	2004
Curso de Redação Forense para Oficiais de Justiça	2004
Inscrição - XIV Curso de preparação à Carreira de magistratura	2004



### RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Tribunal adotou ações de proteção e melhoramento do bem-estar da sociedade, incorporando projetos de interesse social em suas atividades do biênio.

Celebrou Convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria Especial de Promoção Social e Fundação da Criança e do Adolescente, FUNCAP, com o objetivo de absorver, na forma de estágio remunerado, adolescentes assistidos pela FUNCAP, com desenvolvimento de serviços voltados à capacitação desses adolescentes ao mercado de trabalho., beneficiando aqueles que cumprem medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.



Estagiários da Funcap com a Presidente do TJE.

#### Programa de Estágio das Comarcas do Interior - PROECIN

A Resolução nº 0004/2004, ao criar o Programa de Estágio nas Comarcas do Interior, denominado PROECIN, possibilitou aos estudantes do ensino técnico e do ensino superior do interior do Pará, complementação educacional e prática profissional no âmbito das Comarcas do Judiciário. Dessa maneira, aos educandos do interior, preferencialmente àqueles da rede pública de ensino, foi oportunizado estágio remunerado, com bolsa estágio no valor de 80% do salário-mínimo, consistindo em uma forma de integrá-los em trabalhos e projetos do Poder Judiciário Estadual.

### AÇÕES EM PARCERIAS

O Movimento de Valorização da Criança e do Adolescente, MOVER, lançado em 14 de outubro de 2004 no salão David Mufarrej da Universidade da Amazônia, UNAMA, deu origem a um protocolo de intenções assinado pelo Governo Estadual, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, fortalecendo o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente.

O Tribunal de Justiça do Estado firmou Convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente, FUNCAP e Universidade da Amazônia, para implantação de medidas sócio-educativas na liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

Por sua vez, o TJE, em parceria com a iniciativa privada, instituiu o Projeto Conquistando a Liberdade, destinado a apenados internos nas casas penais da RMB, com o objetivo de ressocializar e reduzir o preconceito social existente contra os egressos do sistema penal e mostrar à sociedade que é possível mudar. No ano de 2004, a ação consistiu na limpeza de seis praças públicas da capital paraense e em trabalhos em sete escolas. Para cada dia trabalhado, foi contado um dia a menos em cada pena.

Nas escolas, os apenados prestaram serviços na recuperação da rede hidráulica, pequenos reparos na rede física, recuperação de móveis e limpeza dos prédios escolares. A seleção dos estabelecimentos de ensino foi de responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação, SEDUC, considerando a dimensão, área verde e entorno da escola, sendo priorizadas aquelas situadas em bairros com maiores índices de violência.

Nas semanas que antecederam o trabalho dos apenados, a Fundação Curro Velho realizou sensibilização junto à comunidade escolar, com oficinas de preparação, com trabalhos lúdicos e com orientação especializada.

As iniciativas do Projeto "Conquistando a Liberdade" foram viabilizadas através de convênios de cooperação técnica entre TJE e Telemar, Amazônia Celular, Unimed, CESUPA, Supermercados Líder e Extra-farma.



### CORAL DESEMBARGADOR DELIVAL NOBRE

O coral Desembargador Delival Nobre, tendo à frente o maestro João Bosco Castro, participou da Mostra de Corais promovida pela Escola de Governo do Estado, concorrendo com onze corais, foi destacado em primeiro lugar, no concurso de Canto Coral.

A Presidente do Tribunal, Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza, incentivadora e admiradora do grupo, criado há 16 anos, incorporou ao acervo do Museu Judiciário, como doação do Coral, a Condecoração recebida.



Coral do TJE: 1º Lugar no concurso Canto Coral.

### SERVIÇO MÉDICO

Para melhor atender ao servidor do Judiciário, o serviço médico foi dotado de infra-estrutura física, construída na gestão anterior, operando-se a transferência para novas instalações em 2004, com equipamentos modernos. Suas dependências amplas permitiram oferecer melhor assistência à clientela, tanto do ponto de vista do conforto, quanto ao que se refere ao tratamento humanizado, possibilitando que todos os procedimentos médicos e de enfermagem passassem a ser realizados com maior segurança e privacidade.



Os resultados demonstrados indicaram o aumento de 9% nos atendimentos a pacientes, e 9,7% nos procedimentos médicos, em comparação aos números de 2003, o que se traduz como aprovação dos servidores às melhorias realizadas pela administração.

Além dos serviços de assistência à saúde e prevenção a doenças, enfermagem e medicina curativa, exame pré-admissional e perícia médica para licença de saúde, rotineiramente desenvolvidos, o setor médico, sem prejuízo das suas atividades, prestou apoio aos eventos de grande porte realizados pelo Tribunal, montando ambulatório e disponibilizando corpo operacional ao 66º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, ao 36º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil e ao 1º Seminário Internacional de Ação e Cidadania.

VI Semana da Saúde do Poder Judiciário.



Estrutura móvel do Hemopa coleta sangue no TJE.

O evento, ocorrido no período de 24 a 27 de agosto/04, abordou temas relacionados à prevenção e proteção à saúde e seu encerramento foi marcado com a doação de sangue para o Banco de Sangue do Hemocentro do Pará- HEMOPA, que procedeu a coleta junto a servidores voluntários.

Paralelamente, ocorreu a II Exposição dos Trabalhos Artísticos, oportunidade em que magistrados, funcionários e dependentes expuseram suas obras, cuja visitação do público, superou as expectativas dos organizadores.



**ATENDIMENTOS MÉDICOS NO BIÊNIO 2003-2004**

Especificação	Capital	Interior	Total
Pacientes	25.335	2.404	27.739
Procedimentos	36.390	8.643	45.033
<b>Total</b>	<b>61.725</b>	<b>11.047</b>	<b>72.772</b>

**SERVIÇO ODONTOLÓGICO**

O Projeto "Sorriso Feliz", até o encerramento do biênio, percorreu sessenta e sete municípios do Estado, entre os quais Muaná, na região marajoara, em maio de 2004, quando comemorou dois anos de ação.

**PROJETO "SORRISO FELIZ" COMARCAS ATENDIDAS NO BIÊNIO 2003-2004**

Comarcas	Nº Atendimentos	Ano	Nº Procedimentos
Acará	72	2004	248
Augusto Corrêa	75	2004	270
Aurora do Pará	75	2004	290
Baião	72	2004	289
Bonito	56	2004	210
Breves	75	2004	267
Breu Branco	83	2004	332
Bujará	49	2004	160
Capanema	90	2003	365
Capitão Poço	77	2003	240
Concórdia do Pará	58	2003	201
Curuçá	68	2004	250
Dom Eliseu	62	2004	227
Igarapé-Açu	73	2003	217
Itaipua	70	2004	240
Jacundá	96	2003	302
Mão do Rio	63	2003	250
Maracanã	58	2003	200
Marapanim	56	2003	199
Mocajuba	80	2004	312
Muaná	110	2004	420
Nova Timboteua	65	2003	205
Ourém	54	2003	198
Paragominas	72	2004	281
Peixe-Boi	52	2003	190
Santa Isabel do Pará	55	2003	184
Santa Luzia do Pará	60	2004	201
Santa Maria do Pará	96	2004	401
Santarém Novo	54	2003	250
Santo Antonio do Tauá	60	2003	233
São Caetano de Odivelas	50	2003	193
São Domingos do Capim	51	2003	189
São Miguel do Guamá	62	2003	240
Tomé-Açu	70	2003	274
Vigia	69	2004	239
Viséu	89	2004	380
<b>Total</b>	<b>2.477</b>		<b>9.147</b>



Equipe de Odontólogos em visita à Presidência.



**OUVIDORIA AGRÁRIA**

A Constituição do Estado (1989) foi a primeira, nos termos do artigo 126 da Carta Magna de 1988, que determinou fossem criadas varas privadas para os litígios agrários, ambientais e minerários. A Resolução 21/2001 dividiu o Estado em três zonas: Castanhal, Marabá e Altamira. Em dezembro de 2003, as regiões foram aumentadas para quatro, acrescentando-se Santarém, com 18 municípios.

Em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no biênio 2003-2004, passaram a funcionar mais duas varas agrárias, desta feita em Santarém e Castanhal, acrescentando o quantitativo de varas em funcionamento, nas áreas de Marabá e Altamira, regiões notoriamente conhecidas pelos conflitos na luta pela posse da terra. As varas agrárias tem a finalidade de processar e julgar com maior agilidade as ações referentes a conflitos no campo.

Imbuído em encontrar alternativas capazes de dirimir os conflitos no campo, para debater a complexidade desse problema, o Tribunal promoveu o 1º Encontro das Varas Agrárias de Marabá e Altamira, em dezembro de 2003, com a participação de renomados juristas, autoridades municipais, estaduais e federais, magistrados das comarcas da área de jurisdição das duas varas e dirigentes do TJE.

O TJE apoiou a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e assegurou a presença de representantes da Justiça no seminário, para discussão da grilagem de terras na Br 163, no município de Santarém, no período de 10 a 15 de outubro de 2004.

O evento objetivou reunir juizes da Justiça Estadual e Federal, Ministério Público e órgãos ligados à questão fundiária, para discutir problemas de grilagem de terras públicas, na área de abrangência da rodovia que liga Santarém-PA a Cuiabá-MT.



## ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### ANTEPROJETO DE LEI DE REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO JUDICIÁRIO

A Comissão de reformulação do Código Judiciário, presidida pelo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, Vice-Presidente do TJE, teve como membros os Desembargadores Yvonne Santiago Marinho, Corregedora da RMB, Carmencin Marques Cavalcante, Corregedora do Interior, Maria Izabel de Oliveira Benone, Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro, Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Therezinha Martins da Fonseca e Rômulo José Ferreira Nunes, além da Presidente Maria Nazareth Brabo de Souza.

O anteprojeto de Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Pará propõe a atualização do Código Judiciário (Lei 5.008/81). Segundo o Desembargador Milton Nobre é *“da mais alta relevância para o povo paraense e, igualmente, à tranqüilidade da sua convivência social, uma vez que busca regular não só a divisão e a organização Judiciária do Estado, mas também estabelece regras de fundamental importância à administração da Justiça e dos serviços auxiliares”*.

O grupo atualizou o anteprojeto com a emenda nº 45, de 8/12/04, que deu início à reforma do Judiciário. O TJE é o primeiro colegiado da federação a rever seu Código, conforme as mudanças propostas pela reforma.

O documento apresentado com 396 artigos revisados, publicado no Diário da Justiça em 21 de dezembro de 2004, abriu o prazo de sessenta dias para o recebimento de sugestões. Foi enviado simultaneamente e por igual prazo a exame da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB Seção Pará, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, e de órgãos e instituições voltadas à aplicação do estudo do direito, para posterior envio à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.

A metodologia empregada pelos Desembargadores procurou considerar e valorizar o trabalho anteriormente desenvolvido, examinando a possibilidade de aproveitamento de emendas já formuladas ao texto, e absorvendo inovações de leis de organização judiciária de outros estados que apresentavam avanços dignos de incorporação. Coube ao jurista Zeno Veloso realizar a revisão técnica da peça que será submetida ao Legislativo.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

*“O Magistrado é um ser humano, uma pessoa, um cidadão em todos os momentos da vida. Compreender essa realidade humana é a condição primeira para que a Justiça seja o ponto de equilíbrio necessário ao regime democrático na salvaguarda dos direitos humanos, políticos, sociais e econômicos”*.

**(Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza)**

### PRÊMIO INNOVARE: O JUDICIÁRIO DO SÉCULO XXI

Experiências bem sucedidas de Magistrados de todo o Brasil concorreram ao I Prêmio Innovare, uma realização conjunta da Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas, da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com apoio da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

O prêmio, idealizado com o objetivo de identificar e difundir práticas pioneiras e exitosas desenvolvidas por juizes, tribunais e juizados especiais do país recebeu a inscrição de quatrocentos projetos. O Pará obteve inicialmente a seleção de dezessete projetos, passando três para etapa final.

O projeto denominado “Justiça e Comunidade, a Parceria que dá Certo”, da Comarca de Santarém, e o “Ressocialização de Apenados”, da Comarca de Paragominas, obtiveram o prêmio “HOUR CONCOUR”.

Os projetos selecionados foram:

- Ressocialização de Apenados

De iniciativa das Juizas de Direito Tânia Batistelo e Marisa Belini de Oliveira, que atuam na Comarca de Paragominas, o projeto possibilitou, a apenados que cumprem sentença no Centro de Recuperação de Paragominas, oportunidade de trabalhar e estudar dentro da penitenciária.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Eles trabalham na fabricação de móveis, no plantio de hortaliças e legumes, na criação de pequenos animais, na confecção de bolas esportivas. Aprendem corte e costura e estudam informática.

### - Espia Mano a Minha Causa

Implantado pelo juiz de Direito da Comarca de Tucuruí, Cláudio Rendeiro, o projeto já beneficiou moradores das Comarcas de Itaituba, Anapu, Pacajá e Tucuruí. Uma vez por mês, o Magistrado realiza um mutirão para ajuizamento e julgamentos de ações nas áreas de família, de registro público e de réus presos. Usando como meios de transporte lancha, barco ou cavalo, Juiz, Servidores do Fórum, Promotores e Advogados se deslocam pelas ilhas do lago de Tucuruí e zona rural do município, para expedir registros de nascimento e resolverem, em algumas horas, questões judiciais que normalmente levariam meses para serem solucionadas, favorecendo assim, comunidades distantes e, ao mesmo tempo, atendendo pessoas que desconhecem seus direitos.

### - Justiça e Comunidade, a Parceria que dá Certo

Instituído pelas juízas da Comarca de Santarém, Antonieta Miléo e Luana Santalices, o projeto leva a estrutura da justiça às ruas e às áreas rurais, para julgar com celeridade questões simples do cotidiano de pessoas carentes, aproximando o cidadão dos serviços da justiça. São parceiros do projeto o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Cartórios Extrajudiciais, a Secretaria Municipal de Promoção e Proteção Social e o Governo do Estado.



Lançamento do I Prêmio Innovare.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

O Tribunal, objetivando dar celeridade e eficiência à prestação jurisdicional, dentre outras iniciativas, aprovou o encaminhamento ao Poder Legislativo de diversas proposições, registrando os Projetos de Lei que autorizam a Criação de uma Vara Criminal Privativa de Crimes Contra Criança e Adolescente e de outra Vara Criminal Privativa de Crimes Contra Integridade da Mulher, em tramitação naquele Poder.

## MOVIMENTO PROCESSUAL

### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA PRESIDÊNCIA DO TJE

Tipo de Processo	Recebidos	Julgados
Recurso Especial	742	656
Rec. Extraordinário	400	344
Agravo de Instrumento	766	643
Agravo de Sentença	65	55
Precat. Requisatório	212	58
Suspensão de Mand. Seg.	9	10
Agravo Regimental	18	8
Processos Adm. Diversos	569	385
<b>Total</b>	<b>2.781</b>	<b>2.159</b>

FONTE: Gabinete da Presidência

### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TJE

	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Total
Central Distr.	1.447	754	475	268	266	1.067	640	564	431	5.942
Ass. Presid.	31	75	32	21	37	20	21	11	13	261
Rec. Especial	3	18	17	54	40	39	21	22	34	248
1ª Civ. Isolada	29	19	8	8	11	5	4	2	3	89
2ª Civ. Isolada	29	34	8	11	20	7	6	3	2	120
3ª Civ. Isolada	57	9	52	21	9	7	5	3	7	170
1ª Crim. Isolada	24	2	12	1	4	1	-	-	-	44
2ª Crim. Isolada	4	-	-	1	1	1	-	-	69	76
3ª Crim. Isolada	30	1	5	1	1	2	2	-	-	42
Cíveis Reunidas	22	12	3	4	5	2	2	2	2	54
Crim. Reunidas	32	8	6	5	9	7	9	1	4	81
Secret. Geral	42	4	3	2	5	2	1	-	5	64
<b>Total Biênio 2003-2004</b>	<b>1.780</b>	<b>936</b>	<b>621</b>	<b>397</b>	<b>408</b>	<b>1.160</b>	<b>711</b>	<b>608</b>	<b>570</b>	<b>7.191</b>

FONTE: Gabinete da Vice-Presidência



## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### ÓRGÃOS DE JULGAMENTO

#### JUSTIÇA DO 2º GRAU

##### MOVIMENTO PROCESSUAL BIÊNIO 2003-2004



##### Cíveis / Criminais Originários



##### Cíveis / Criminais Recursos

FONTE: Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até novembro de 2004.

Cíveis e Criminais Recursos	Iniciados	Julgados
Câmara Cíveis Isoladas	5.823	3.877
Câmaras Criminais Isoladas	1.309	852
<b>Total</b>	<b>7.132</b>	<b>4.729</b>

##### Cíveis / Criminais Originários

Órgão Especial	914	327
Câmara de Férias	661	162
Conselho da Magistratura	85	32
Câmara Cíveis Reunidas	792	580
Câmara Criminais Reunidas	2.392	1.789
<b>Total</b>	<b>4.844</b>	<b>2890</b>

FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004.

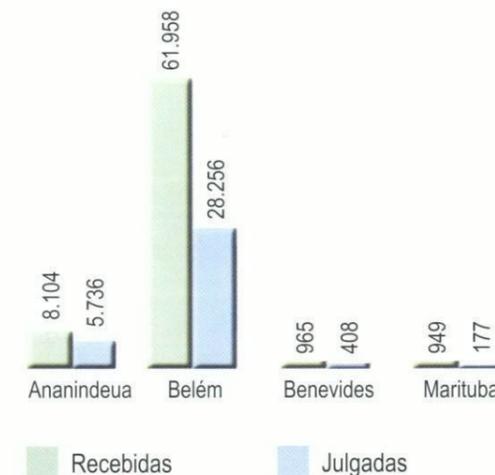


## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

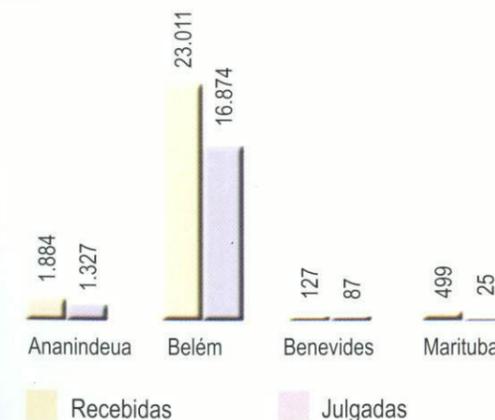
### JUSTIÇA DE 1º GRAU - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM BIÊNIO 2003-2004

#### AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até novembro de 2004.

#### AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até novembro de 2004.

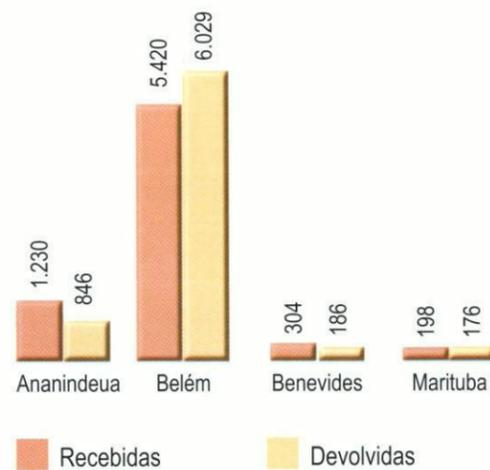


## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

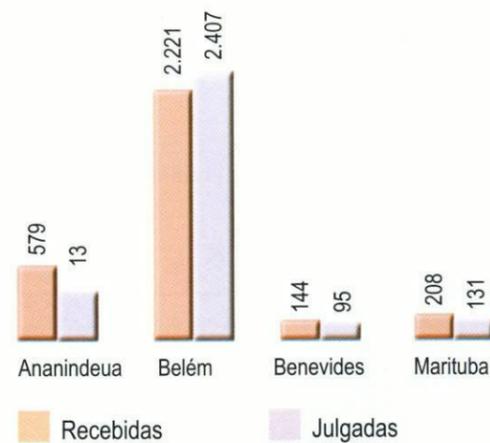
### JUSTIÇA DE 1º GRAU - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM BIÊNIO 2003-2004

#### CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS - RECEBIDAS E DESENVOLVIDAS



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até novembro de 2004.

#### CARTAS PRECATÓRIAS PENAS - RECEBIDAS E DESENVOLVIDAS



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até novembro de 2004.

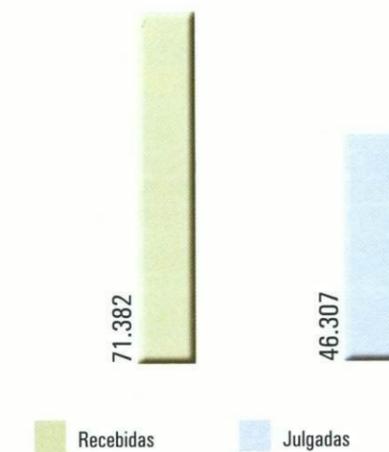


## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

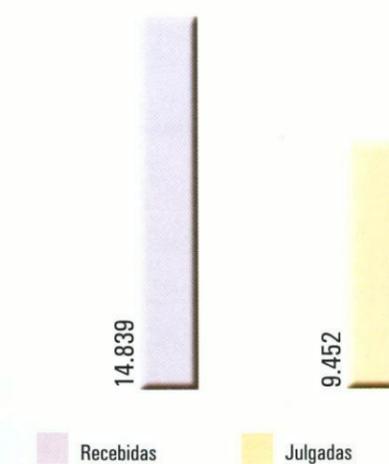
### JUSTIÇA DO 1º GRAU - INTERIOR DO ESTADO BIÊNIO 2003-2004

#### AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



Fonte: Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004.

#### AÇÕES PENAS RECEBIDAS E JULGADAS



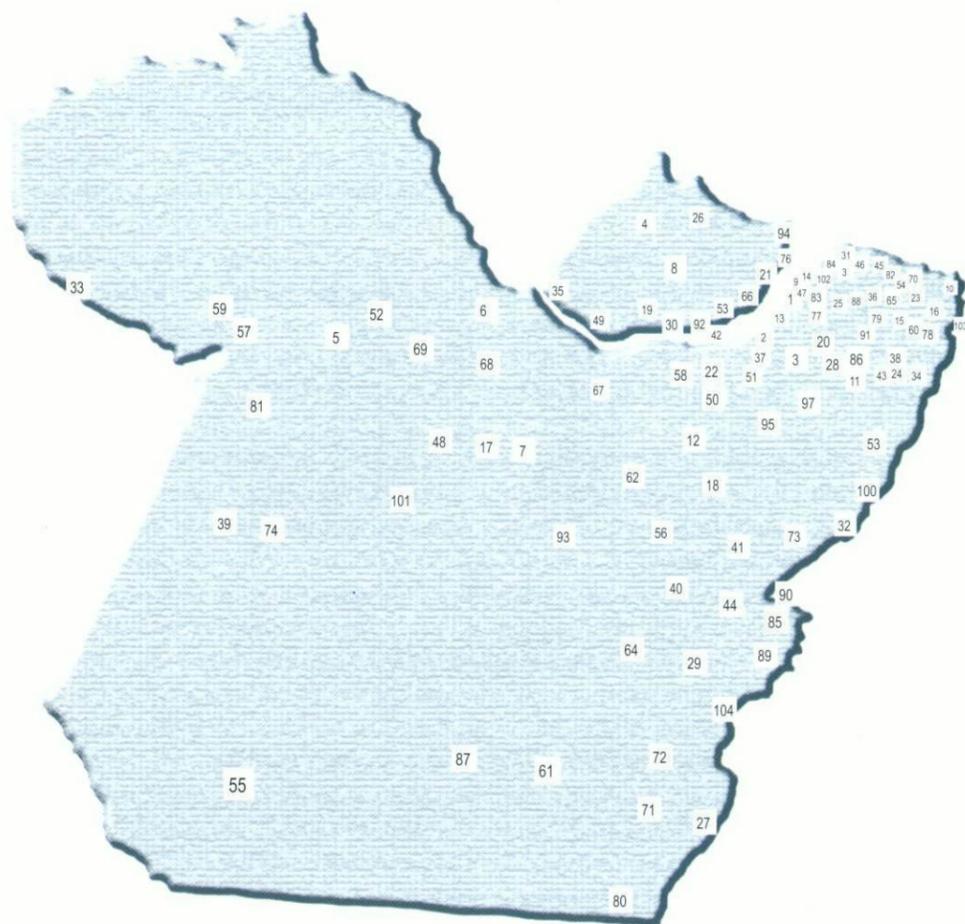
Fonte: Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### PRESENÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO ESTADO DO PARÁ



01 Belém	22 Cametá	43 Mãe do Rio	64 Parauapebas	85 São D. do Araguaia
02 Abaetetuba	23 Capanema	44 Marabá	65 Peixe-Boi	86 São Domingos do Capim
03 Acará	24 Capitão Poço	45 Maracanã	66 Ponta de Pedras	87 São Félix do Xingu
04 Afuá	25 Castanhal	46 Marapanim	67 Portel	88 São Franc. do Pará
05 Alenquer	26 Chaves	47 Marituba	68 Porto de Moz	89 São Geraldo do A.
06 Almeirim	27 Conceição do Araguaia	48 Medicilândia	69 Prainha	90 São João do Araguaia
07 Altamira	28 Concórdia do Pará	49 Melgaço	70 Primavera	91 São Miguel do Guamá
08 Anajás	29 Curionópolis	50 Mocajuba	71 Redenção	92 S. Sebastião da Boa Vista
09 Ananindeua	30 Curralinho	51 Moju	72 Rio Maria	93 Senador José Porfírio
10 Augusto Corrêa	31 Curuçá	52 Monte Alegre	73 Rondon do Pará	94 Soure
11 Aurora do Pará	32 Dom Eliseu	53 Muaná	74 Rurópolis	95 Tailândia
12 Baião	33 Faro	54 Nova Timboteua	75 Salinópolis	96 Terra Santa
13 Barcarena	34 Garrafão do Norte	55 Novo Progresso	76 Salvaterra	97 Tomé-Açu
14 Benevides	35 Gurupá	56 Novo Repartimento	77 Santa Isabel do Pará	98 Tucumã
15 Bonito	36 Igarapé-Açu	57 Óbidos	78 Santa Luzia do Pará	99 Tucuruí
16 Bragança	37 Igarapé-Miri	58 Oeiras do Pará	79 Santa Maria do Pará	100 Ulianópolis
17 Brasil Novo	38 Irituia	59 Oriximiná	80 Santana do Araguaia	101 Uruará
18 Breu Branco	39 Itaituba	60 Ourém	81 Santarém	102 Vigia
19 Breves	40 Itupiranga	61 Ourilândia do Norte	82 Santarém Novo	103 Viseu
20 Bujaru	41 Jacundá	62 Pacajá	83 Santo Antônio do Tauá	104 Xinguara
21 Cachoeira do Arari	42 Limoeiro do Ajuru	63 Paragominas		

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO NAS CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA

Corregedora Geral da Justiça da RMB

Desembargadora Yvonne Santiago Marinho

Juizes Corregedores

Mairton Marques Carneiro

Odete da Silva Carvalho

Relação dos Cartórios de Registro Civil da Comarca da Capital

1º Ofício de Registro Civil (Luiziel Guedes de Oliveira)

2º Ofício de Registro Civil (Luiza Cristina Castelo Branco)

3º Ofício de Registro Civil (Eduardo Santos)

4º Ofício de Registro Civil (Elizete Mendes Carvalho)

5º Ofício de Registro Civil (Acelino Aragão Mendes)

Relação dos Cartórios Extrajudiciais da Região Metropolitana de Belém

Cartório de Notas do 1º Ofício "Chermont"

Cartório de Notas do 2º Ofício "Diniz"

Cartório de Notas do 3º Ofício "Queiroz Santos"

Cartório de Notas do 4º Ofício "Conduru"

Cartório de Notas do 5º Ofício "Ribamar Santos"

Cartório de Notas do 6º Ofício "Kós Miranda"

Cartório de Notas e Registro Civil da Vila de Mosqueiro

Cartório de Notas e Registro Civil da Vila de Icoaraci



## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício  
Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício

Cartórios de Títulos e Documentos da RMB

Cartório de Protesto de Títulos e Documentos 1º Ofício "Veiga"  
Cartório de Protesto de Títulos e Documentos 2º Ofício "Moura Palha"

### CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - RMB

A titularidade da Corregedoria Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém teve início com a posse da Des<sup>a</sup>. Yvonne Santiago Marinho, em 1º de fevereiro de 2003 (para o biênio 2003/2004), ocasião em que assumiram as funções de Juízes-Corregedores para o mesmo biênio, os Juízes de Direito Odete da Silva Carvalho e Raimundo Holanda Reis, atual Desembargador do TJE, posteriormente substituído pelo Juiz Mairton Marques Carneiro.

A Corregedoria da Justiça da RMB, por suas funções administrativas regimentais, não se limita apenas a corrigir equívocos e eventuais atipicidades dos operadores do sistema judiciário, mas promove, se necessário, os atos que visam a apurar responsabilidades funcional daqueles que se desviam dos deveres a que se propõem, perante a sociedade, no âmbito do Poder Judiciário.



Equipe da Corregedoria da RMB durante a entrega de Relatório.



## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Eleita como prioridade da gestão, a celeridade na tramitação dos processos administrativos de todo o gênero deu ênfase à qualidade dos trabalhos realizados, à efetiva fiscalização dos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais, por meio de inspeções/correições, e à permanente orientação aos Magistrados e Servidores da Justiça de primeiro grau, buscando com isso alternativas para a otimização dos serviços, na esfera de atribuições deste Órgão Censório.

Destaques de iniciativas relevantes da Corregedoria da RMB  
Biênio 2003-2004

- os documentos registrados pelo Protocolo são de imediato conclusos ao Corregedor e, revestidos das formalidades legais, despachados, seguindo breve tramitação;
- por questão de organização, foram disciplinados, requisitos indispensáveis à apresentação de Pedido de Providências, Representações, Reclamações e similares, com respeito à entrega de prestação jurisdicional-administrativa, evitando morosidade no trâmite dos processos. Tal disciplinamento fez-se necessário em razão de inúmeros expedientes se revelarem infundados, por conta de previsão recursal ou por envolvimento "meritum causae", recebendo um despacho de indeferimento "in limine", impedindo movimentação desnecessária no Órgão;
- pelos relatórios conclusivos das Correições realizadas nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém, quais sejam, Marituba, Distrito do Mosqueiro, Expediente Judiciário de Santa Bárbara, Benevides, Distrito de Icoaraci. Ananindeua e Capital (Fóruns Cível e Criminal), foram adotadas medidas com o propósito de amenizar problemas das referidas Comarcas, inclusive, na Vara Penal de Icoaraci foi realizado mutirão, em 2003, onde foram liberados cerca de quarenta (40) presos provisórios, em situação legal de responderem os processos em liberdade;
- em operação conjunta, por meio da Douta Presidência do Tribunal, a Corregedoria, o Ministério Público, Defensoria Pública e Sistema Penal do



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Bimestre 2003/2004

Estado, em 2003, procederam inspeções em oito (08) Seccionais Urbanas de Belém: Val de Cans, São Brás, Cremação, Sacramento, Telégrafo, Icoaraci, Cidade Nova e Marambaia, objetivando atender a realização da avançada integrada, para verificar "in loco" a situação dos presos provisórios;

- implantação de medidas visando instrumentalizar o serviço nos foros judiciais;

- o corpo técnico da Corregedoria tomou parte em Encontros Nacionais do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça - ENCOGE, promovidos em Estados da Federação. Nesses encontros, foram tratadas questões relevantes, como conhecimento de alternativas para melhoria dos serviços Judiciários. No de Manaus-AM (25 a 27 de agosto de 2004) os Corregedores deliberaram pela atribuição de pontuação na produtividade, em relação às sentenças homologatórias de acordos obtidos em audiências conciliatórias, critério a ser considerado na avaliação funcional. Outra posição tomada foi a de estimular as conciliações na justiça de 1ª instância como fator de pacificação social. Ao final da reunião, ocorreu a divulgação da "Carta de Manaus". No período de 07 a 10 de outubro/2004, deu-se o 36º ENCOGE na Capital do Estado, ocasião da elaboração da "Carta de Belém";

- em avaliação na Vara da Infância e Juventude do Estado, material referente ao Projeto "Depoimento sem Dano", contendo procedimentos adotados pelo Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre/RS, com relação aos depoimentos prestados por menores perante a Justiça, projeto em desenvolvimento naquela Comarca desde 06.05.03. Atualmente está em análise, para verificação da viabilidade de aplicação na RMB;

- a Corregedoria remeteu à Direção do Fórum Criminal o projeto que trata da criação da Vara Penal de Crimes contra a integridade da Mulher, fundamentado nos argumentos do Conselho Municipal da Condição Feminina. Esse projeto deverá tramitar na Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos;



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Bimestre 2003/2004

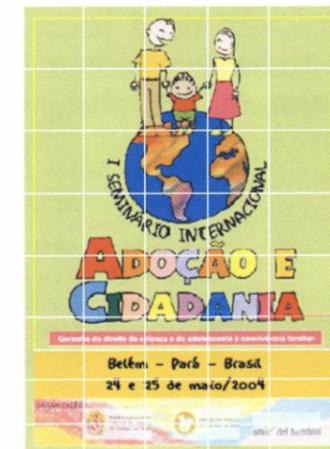
- a titular da Corregedoria encaminhou à Comissão de Organização Judiciária, o anteprojeto de lei de Regulamentação da Estrutura Funcional (serviços e cargos), referente ao Depósito de Armas nas dependências do Fórum Criminal;

- por meio da Portaria em Conjunto nº 001/04, de 05.02.2004, em parceria com a Corregedoria das Comarcas do Interior, foi constituída Comissão composta por Juizes do Fórum Criminal, para proceder estudo acerca das alterações da Lei de Execuções Penais e Código de Processo Penal, trazidas pela Lei nº 10.792, de 01.12.03, no sentido de orientar a aplicabilidade no Estado do Pará, da nova legislação penal;

- em estudo, a edição do Provimento que estabelece novas diretrizes, de acordo com as normas vigentes, para melhor funcionamento dos serviços judiciais referentes aos atos dos Oficiais de Justiça;

- a edição do provimento nº 001/2004-CRMB, de 01.06.04, que reestrutura o quadro de Comissários Voluntários e os de Justiça nas Varas da Infância e Juventude da Capital e dá outras providências;

- a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CJAI/PA) promoveu, no período de 24 e 25 de maio de 2004, o 1º Seminário Internacional de Adoção e Cidadania, que reuniu, além de magistrados, autoridades nacionais e representantes de entidades internacionais que atuam com adoções. Nesse seminário foi elaborada a Carta de Intenções para a Adoção Nacional e Internacional no Estado do Pará.



O Auditório "Desembargador Agnaldo Monteiro Lopes", no prédio do Fórum Cível da Capital, sediou o evento, realizado em parceria com o Ministério Público e AIBI - Associazione Amici dei Bambini.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### Assuntos debatidos:

- direito de criança ao desabrigo e a excepcionalidade da adoção;
- proposta de nova lei de adoção no Brasil;
- necessidade da padronização de procedimentos para adoção internacional;
- necessidade de adesão de todos os tribunais para a formação de cadastro nacional centralizado de adotantes e adotados;
- o papel dos organismos credenciados do país acolhedor, que pode ampliar a atuação, e cooperar mais efetivamente com as instituições brasileiras;
- destaque ao trabalho da Amici dei Bambini, organismo não governamental que intermedia adoções de crianças para Itália, com trabalho social compartilhado junto às famílias carentes do bairro do Maguari (Ananindeua), para prevenir e evitar que as famílias recorram à adoção de suas crianças.

A "Carta de Intenções" definiu orientações para adoção nacional e internacional no Brasil. O documento ressalta a nova cultura de adoção para magistrados, promotores de justiça, operadores jurídicos e sociais de entidades locais, nacionais e de países como Itália, Espanha e França, concebendo a adoção como um ato de cooperação e solidariedade internacional entre os povos.

#### MAPA ESTATÍSTICO DE MOVIMENTAÇÃO CORREGEDORIA DA RMB - BIÊNIO 2003-2004

Relação Mensal de Magistrado	606
Relatório das Aud. de Presos da 2ª Vara de Icoaraci	5
Relatório da Delegacia de Crimes Funcionais	2
Requerimentos e Solicitações	50
Sindicâncias Instauradas	23
Solicitação de Abertura de Sindicância	2
Solicitações de Juízes	30
Expedientes Diversos Providenciados	6.792
Expedientes Recebidos	7.658
Decisões Proferidas	972
Pareceres da Assessoria Jurídica	872
Portarias	48
Processos Administrativos Instaurados	4
Processos de Vitaliciamento	16
Resenhas	80

Informações coletadas até 13/12/2004



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Corregedora Geral da Justiça  
para as Comarcas do Interior

Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante

Juizes Corregedores

Célia Regina de Lima Pinheiro

Roberto Gonçalves de Moura

### CORREGEDORIA DO INTERIOR

Criada pela Lei Estadual nº 6.480/2002, face ao desmembramento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, coube a Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante, como primeira Corregedora Geral da Justiça do Interior, a instalação e organização dos serviços de sua competência.

Com a função de órgão orientador administrativo e fiscalizador disciplinar, com jurisdição em cem Comarcas do Interior, implementou e desenvolveu suas ações sempre com o objetivo de zelar pelo funcionamento, cada vez melhor, das atividades judicantes, visando, sobretudo, ao aprimoramento da Justiça em nosso Estado.

Desse modo, várias providências foram tomadas, destacando-se as seguintes:

- designação do Meritíssimo Juiz Corregedor, Dr. Roberto Gonçalves de Moura, para receber sem burocracia, os pedidos de transferência de presos provisórios, das Cadeias Públicas para as Unidades de Internação existentes no Estado, evitando as rebeliões quase sempre ocorrentes devido a precariedade das instalações das Delegacias locais;



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

- Atas das Correições Ordinárias e das Visitas Correicionais lavradas de forma eletrônica, permitindo um conhecimento imediato dos dados coletados sobre toda a situação funcional e material da Comarca, bem como, as recomendações feitas aos Meritíssimos Juizes, Serventuários e Funcionários da Comarca correicionada;
- Atas das Correições e Visitas Correicionais disponibilizadas a interessados, notadamente, dos senhores Advogados na home-page do TJE e no site [www.corregedoria.interior@tj.pa.gov.br](http://www.corregedoria.interior@tj.pa.gov.br) da Corregedoria do Interior, tornando a Justiça mais acessível e transparente;
- instituição de Provimento Conjunto com a Desembargadora Titular da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém, regulamentando o vitaliciamento dos Juizes de Direito Substitutos, providência inédita no Pará. Durante o biênio o acompanhamento das atividades dos juizes vitaliciandos foi realizado pelos Juizes Corregedores, Dra. Célia Regina de Lima Pinheiro e Dr. Roberto Gonçalves de Moura, por meio de visitas correicionais e exame dos relatórios mensais enviados à Corregedoria, aliado às informações prestadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público e OAB-Pará, sendo emitido parecer pela Titular da Corregedoria, em 42 processos de vitaliciamento;
- outros dois Provimentos Conjuntos baixados, reajustando o valor do selo de segurança e regulamentando o procedimento sobre a abertura do Livro "E" previsto na Lei nº 6.015/73;
- cobrança do cumprimento de Cartas precatórias recebidas pelo Juiz de Direito do Interior passou a ser imediata e mais efetiva, o que produziu uma evidente diminuição de ofícios recebidos da Justiça Federal e da Justiça Estadual de outras Unidades Federativas;
- Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Interior elaborado e submetido à aprovação pelo Conselho da Magistratura e posteriormente pelo Egrégio Órgão do Tribunal de Justiça;



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

- nos pedidos de remoção e promoção de Juizes, por merecimento, ou seja, observação rigorosa, pela Corregedora do Interior nos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, a operosidade do Magistrado no exercício da função, como previsto na Constituição Federal e Lei Orgânica da Magistratura Nacional, impossibilitando, dessa forma, o favoritismo em torno de qualquer candidato;
- realização de correições extraordinárias em vários Cartórios de Registro de Imóveis, após decisões proferidas em Pedidos de Providências, resultando em alguns casos, no cancelamento e bloqueio de matrículas de imóveis através de Provimento da Corregedoria do Interior, por estarem os registros totalmente irregulares;
- instauração de quatro processos administrativos contra Magistrados, por iniciativa da Corregedoria da Justiça do Interior, face à atuação condenável desses Juizes em processos de sua competência, e contra serventuários da Justiça, face o comprometimento de infração disciplinar, sendo a todos aplicada a pena disciplinar cabível.

### MAPA ESTÁTISTICO DE MOVIMENTAÇÃO CORREGEDORIA DO INTERIOR

Correições Gerais Ordinárias / Extraordinárias	48
Visitas Correicionais e Inspeções	55
Edital de Correição	2
Expedientes Recebidos	9.601
Expedientes Despachados	9.601
Ofícios e Circulares Expedidos	3.785
Portarias Expedidas	191
Provimentos	9
Comarcas Instaladas	3
Regimento Interno	1
Vitaliciamento	12
Avisos, Memorandos, Notas Informativas e Resenhas	181
<b>Total</b>	<b>23.489</b>



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### Pareceres Emitidos

Pedido de Diárias, Férias e Licença	422
Promoção	15
Remoção	53
Instalação de Cartório Extrajudicial	23
Criação de Vara e Elevação de Entrância	18
Pedido de Instalação de Comarca	17
Pedido de instalação de Juizados Especiais	08
Pedido de Aposentadoria	10
Pedido de Ajuda de Custo	43
Contagem de Tempo de Serviço	28
Pedido de Auxílio Moradia	05
Designação de Juiz auxiliar	03
Designação de Magistrado para Vara Agrária	04
Pedidos formulados por Magistrados e Servidores	98
Solicitação de Justiça Itinerante	01
Sugestão de Ato Normativo	01
Pedido de Reconsideração de Pena Disciplinar	01
Restauração de Registro de Nascimento	02
Revogação de Provimento, Cancelamento de Certidão de Nascimento	02
Remessa Autos de Ação de Nulidade de Reg. Público	01
Pedido de Pagamento de Diferença de Entrância	03
Pedido de Exoneração	06
Vitaliciamento	30
<b>Total</b>	<b>794</b>

### Decisões Proferidas

Autos de Processo Administrativo Instaurado	28
Autos de Sindicância Administrativa Instaurada	18
Correição Extraordinária	15
Transferência de Preso	174
Representação	30
Consultas	55
Reclamação	33
Pedido de Providências	828
Certidão de existência de Cart. Extrajudicial	01
Cancelamento de Selo de Segurança	18
Nomeação de Interventor de Cartório Extrajudicial	01
Cancelamento de Registro de Imóveis	01
Extensão de Serviços Notoriais	13
Cancelamento de Matrícula de Registro de Imóveis Rurais	02
<b>Total</b>	<b>1.217</b>



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### CORREIÇÕES REALIZADAS

#### Correição Tipo Visita

Anajás	Curuçá	Novo Repartimento	Santarém Novo
Afuá	Dom Eliseu	Ourém	São D. do Araguaia
Augusto Corrêa	Igarapé Açu	Ouilândia do Norte	São D. do Capim
Abaetetuba	Inhangapi	Pacajá	São Félix do Xingu
Altamira	Itupiranga	Paragominas	São G. do Araguaia
Bonito	Jacundá	Peixe-Boi	São J. do Araguaia
Breu Branco	Marabá	Prainha	Tailândia
Bragança	Maracanã	Primavera	Tucumã
Brasil Novo	Medicilândia	Redenção	Uruará
Cametá	Mocajuba	Rondon do Pará	Vigia
Capanema	Mojú	Santa Luzia do Pará	
Capitão Poço	Monte Alegre	Santa Maria do Pará	
Castanhal	Muaná	Santarém	

#### Correição Tipo Ordinária

Aurora do Pará	Castanhal	Oriximiná	São M. do Guamá
Abaetetuba	Dom Eliseu	Parauapebas	Salvaterra
Alenquer	Igarapé Miri	Redenção	Soure
Almeirim	Itaituba	Rio Maria	Tucuruí
Altamira	Marabá	Salinópolis	Xinguara
Barcarena	Mojú	Santa I. do Pará	T. J. de Juruti
Bragança	Monte Alegre	Santana do Arag.	
Breves	Novo Progresso	São D. do Araguaia	
Capanema	Óbidos	São J. do Araguaia	



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### Correição Tipo Extraordinária / Inspeção

Anajás	Monte Alegre	Redenção *
Acará	Muaná **	Rondon do Pará
Bom Jesus	Nova Timboteua	Salinópolis
Capanema **	Ourém	São Félix do Xingu

\* Inspeção \*\* Extraordinária e inspeção



Correição em Capanema.

## FÓRUM CRIMINAL

### SETORES DO FÓRUM CRIMINAL

#### Diretoria

Diretor: Juiz de Direito Ronaldo Marques Valle

Juíza de Direito Edith Ribeiro Dias

#### Secretaria

Secretária: Ana Lucia Monteiro de Souza

#### Protocolo



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Responsável: Ana Lucia Monteiro de Souza

Unidade de Distribuição

Responsável: Glacy Malato Furtado

Central de Mandados

Responsável: Wilson Velasco

Central de Penas Alternativas

Responsável: Dra. M<sup>a</sup> de Nazaré Gouveia dos Santos

Tribunal do Júri

### QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DO FÓRUM CRIMINAL / BIÊNIO 2003-2004

Processos Distribuídos	14.480
Certidões Emitidas	202.590
Denúncias Registradas	9.235
Registros de Informações de Decisões	976
Terminativas ou Interlocutórias dos Processos	
Ofícios Expedidos de Prorrogação de Prazo de Inquérito	2.168
Ofícios Expedidos	1.727
Protocolos Registrados	65.018
<b>Total</b>	<b>296.194</b>

### Tribunal do Júri

Júri Realizado	Capital	Interior
2003	109	516
2004	107	506
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>1022</b>

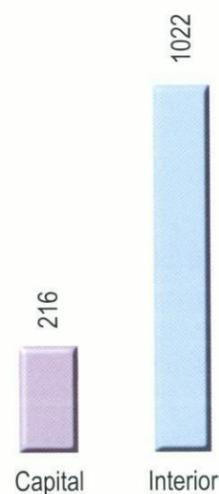
## FÓRUM CÍVEL



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### Movimento Tribunal do Júri



### SETORES DO FÓRUM CÍVEL

#### Diretoria

Diretor: Juíza de Direito Eliana Rita Daher Abufaiad  
Juíza de Direito Maria do Céu Maciel Coutinho

#### Secretaria

Secretária: Dr. Pedro Rodrigues

#### Protocolo

Responsável: Ângela Maria de Souza Barros  
Distribuição dos Feitos  
Responsável: Margareth Nascimento

#### Assessoria do Fórum Cível

Responsável: Altair Leal  
Central de Mandados

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



Responsável: Magna Pinheiro

Oficiais de Justiça do Fórum Cível

Setor de Carta Precatória Cível

Responsável: Antônia Cuns

Setor Social (Varas de Família)

### QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DO FÓRUM CÍVEL / BIÊNIO 2003-2004

	Biênio
Atestados	2
Certidões	15
Ofícios Circulares	47
Ofícios Recebidos	257
Memorandos	293
Portarias Expedidas	1.007
Portarias Recebidas	262
Requerimentos Internos Recebidos	2.532
Ofícios Expedidos	984
Processos Distribuídos	50.640
Cartas Precatórias Distribuídas	4.957
Mandados Distribuídos	52.984
Processos Distribuídos e Avaliadores	236
Exames de DNA Realizados	367
Petições Recebidas	58.220
<b>Total</b>	<b>172.803</b>



### COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Coordenadora : Desembargadora Marta Inês Antunes ( período)  
Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad ( período)

### JUIZADOS ESPECIAIS

#### COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Coordenadora: Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad

#### JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO PARÁ - Biênio 2003/2004.

Aos Juizados Especiais Cíveis competem as causas de menor complexidade e pequeno valor econômico, visando, sobretudo, à efetivação de conciliações.

Na esfera criminal, por sua vez, envolvem as chamadas infrações de menor potencial ofensivo, e objetiva a reparação do dano sofrido pela vítima e aplicação de pena não privativa de liberdade.

A maneira célere e eficaz de solucionar os litígios faz dos Juizados Especiais um importante instrumento de cidadania, e colabora, tanto para a diminuição dos processos na Justiça Comum, quanto para uma maior satisfação do jurisdicionado, representando um considerável avanço no acesso à Justiça no Direito Brasileiro.

No Estado do Pará, os Juizados Especiais regulamentam-se pela Lei Estadual 5.967/1996, com as alterações trazidas pela Lei Estadual 6.18/1999 e pela Lei Estadual 6.459/2002.



Existem em funcionamento no Estado do Pará 62 (sessenta e dois) Juizados Especiais, sendo 21 (vinte e um) na Região Metropolitana de Belém e no 41 (quarenta e um) Interior, distribuídos em 27 (vinte e sete) Comarcas.

Durante o biênio 2003/2004, estiveram à frente da Coordenadoria, inicialmente a Excelentíssima Desembargadora Marta Inês Antunes Lima, no período de fevereiro/2003 a abril/2004, assumindo posteriormente a Excelentíssima Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad.

No biênio, a Coordenadoria com recursos financeiros disponibilizados e o preenchimento 119 cargos, por meio de concurso público, pode estruturar e aprimorar, de uma forma geral, o atendimento aos jurisdicionados.

#### Turmas Recursais

As duas Turmas Recursais existentes, cada uma tem competência mista, ou seja, julgam tanto causas cíveis quanto penais, realizando reuniões ordinárias, e alternadamente, às sextas-feiras.

No dia 21 de outubro de 2004, foi realizada reunião geral com os Juizes das Turmas Recursais, destacando-se dentre os assuntos da pauta as seguintes deliberações:

- em caso de férias ou de licença do Juiz Titular, o Juiz suplente deverá julgar os processos onde figuram como partes pessoas idosas, mandados de segurança e os que se encontrarem na vez de serem julgados;
- Juiz suplente deve receber os processos dos Juizes substituídos, pelo menos dois dias antes do julgamento, para analisar, e caso discorde de algum voto, deverá retirá-lo de pauta, em virtude de ter sido anunciado;
- os prazos para recurso devem correr da data do julgamento, sendo desnecessária a publicação de Acórdão, conforme preceituado pelo Enunciado nº 85 do FONAJE;



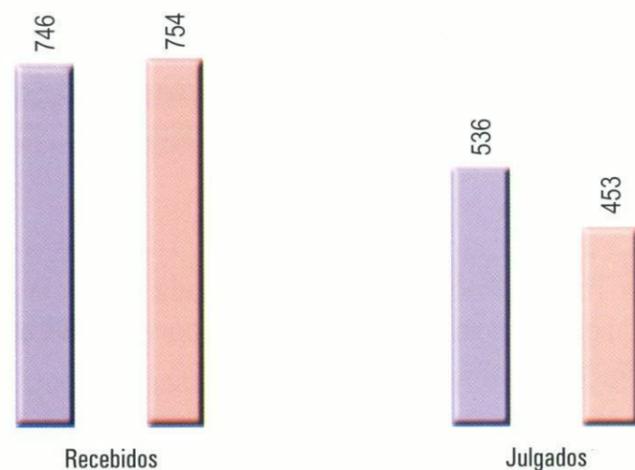
## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

- o estabelecimento do mínimo de 10 (dez) recursos a serem julgados por magistrado por sessão, além dos mandados de segurança e embargos de declaração extra pauta.

### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA TURMA RECURSAL JUIZADOS ESPECIAIS BIÊNIO 2003-2004

#### RECURSOS CÍVEIS RECEBIDOS E JULGADOS



2003 2004

Recursos Cíveis	Recebidos	Julgados
Apelação Cível	1.315	793
Agravo Instrumento	7	0
Embargo de Declaração	35	147
Mandado de Segurança	56	49
Recurso Especial	6	0
Recurso Extraordinário	74	0
Agravo de Instrumento	7	0
Interposto ao Rec. Extraordinário		
<b>Total</b>	<b>1500</b>	<b>989</b>

Fonte: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004

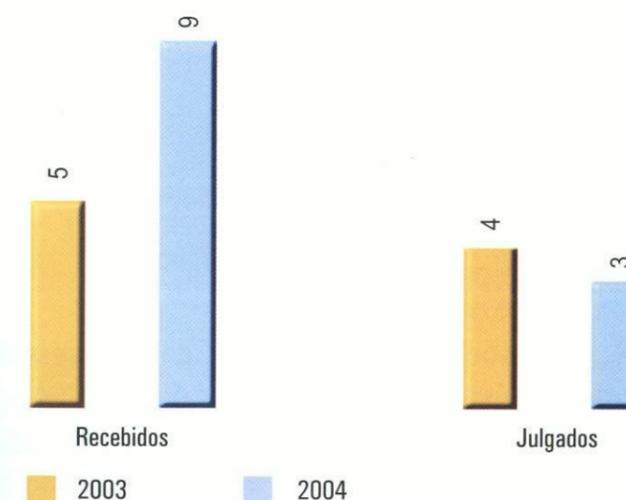


## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA TURMA RECURSAL JUIZADOS ESPECIAIS BIÊNIO 2003-2004

#### RECURSOS PENAIS RECEBIDOS E JULGADOS



Recursos Penais	Recebidos	Julgados
Exceção de Suspeição	2	2
Apelação Penal	12	5
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>7</b>

Fonte: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004

### JUIZADOS ESPECIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

No final de outubro de 2003, e em Junho de 2004, tomaram posse, respectivamente, o primeiro e o segundo grupo de servidores aprovados em concurso público para provimento das vagas existentes nos Juizados Especiais da Capital, nas Turmas Recursais e na Coordenadoria dos Juizados Especiais.



## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Após a ambientação dos servidores concursados, os servidores que trabalhavam em regime de horas extraordinárias foram dispensados, passando os Juizados Especiais de Belém, a contar com um quadro próprio e muito capacitado de servidores. Vale destacar que a grande maioria dos concursados é estudante ou Bacharel em Direito, o que trouxe uma considerável melhora no atendimento e na organização dos Juizados Especiais da Capital.

Ressalta-se que ainda existem servidores pertencentes ao quadro do Fórum da Capital trabalhando nos Juizados Especiais na função de Secretários, percebendo, para tanto, gratificação funcional.

Em 2004, através de um convênio com o Centro Universitário do Pará, foi instalado o Juizado Especial do Consumidor do CESUPA, que além de contribuir para o aprimoramento do aprendizado dos acadêmicos da referida instituição, desafogou a demanda do já existente Juizado Especial do Consumidor, o qual, vale dizer, possui dois magistrados, em virtude do acentuado número de demandas.

Durante o segundo semestre de 2004, foram realizadas visitas pela Excelentíssima Coordenadora, Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaid, nos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém, que resultaram na mudança do Juizado Especial Cível da Cidade Velha do prédio da Av. 25 de Setembro, para o prédio Av. Roberto Camelier, ficando mais próximo dos bairros de sua atuação; houve também reforma e mudança do Juizado Especial Central I, bem como do Juizado Especial de Acidente de Trânsito II, que continuaram no prédio da 25 de Setembro, porém em espaços maiores e mais adequados aos seus respectivos funcionamentos.

Uma importante conquista foi a instalação da rede informatizada e do sistema de acompanhamento processual no Juizado Especial do Consumidor, bem como a instalação da internet nos Juizados Especiais do Jurunas e da Cidade Velha.

## PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM BIÊNIO 2003-2004

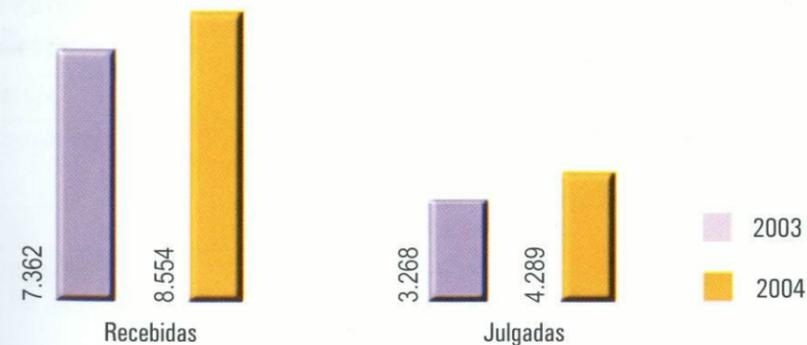
#### JUSTIÇA DE 1º GRAU - AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS



Comarcas	Recebidas	Julgadas
Ananindeua	5.180	578
Belém	8.147	1.223
Benevides		
Marituba	606	
<b>Total</b>	<b>13.933</b>	<b>1.801</b>

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004

#### JUSTIÇA DE 1º GRAU - AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



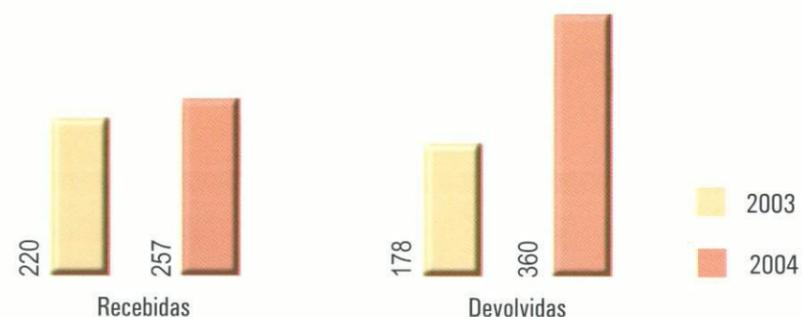
Comarcas	Recebidas	Julgadas
Ananindeua	3.042	1.634
Belém	12.641	5.871
Benevides		
Marituba	233	52
<b>Total</b>	<b>15.916</b>	<b>7.557</b>

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004



JUSTIÇA DE 1º GRAU  
JUIZADO ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM  
BIÊNIO 2003-2004

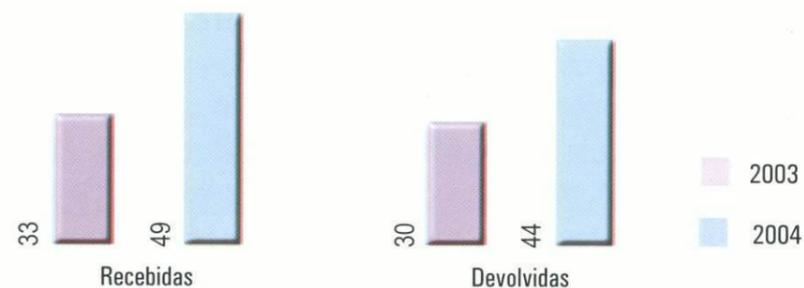
CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E DEVOLVIDAS



Comarcas	Recebidas	Devolvidas
Ananindeua	37	52
Belém	430	482
Benevides		
Marituba	10	4
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>538</b>

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004

CARTAS PRECATÓRIAS PENAL RECEBIDAS E DEVOLVIDAS



Comarcas	Recebidas	Devolvidas
Ananindeua	58	56
Belém	20	16
Benevides		
Marituba	4	2
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>74</b>

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário  
Captação dos Dados até outubro de 2004



JURISDIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS POR BAIRROS

A DISTRIBUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Juizado Especial	Bairros/Conjuntos
Central	São Clemente, Bengui, Parque Verde, Cabanagem, Una, Val-de-Cães, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Nova Marambaia, Souza, Castanheira, Guanabara, Marco, Montese, Universidade, Curió-Utinga, Águas Lindas e Aurá.
Icoaraci	Cruzeiro, Campina de Icoaraci, Maracacuera, Ponta Grossa, Agulha, Águas negras, Paracuri, Parque Guajará, Tenoné, Tapanã, Água Boa, Brasília, Itaiteua, São João do Outeiro, Pratinha, Conjuntos Maguari e Tapajós.
Unama	Telégrafo, Pedreira, Umarizal, Barreiro, Sacramenta e Miramar.
Cidade Velha	Cidade Velha, Campina, Comércio e Batista Campos.
Jurunas	Jurunas, Cremação, Condor e Guamá.
Acidentes de Trânsito	Toda a Comarca de Belém.
Consumidor	Todos os bairros de Belém.
Distrito de Mosqueiro	Todos os bairros da Ilha de Mosqueiro.
Cesupa	São Brás, Nazaré, Fátima, Canudos e Reduto.
Ananindeua	Todos os bairros da sede do Município, inclusive os Conjuntos Júlia Seffer, Leviândia, Pato Macho, Fernando Corrêa, Jaderlândia I e II, Distrito Industrial de Ananindeua e Águas Brancas.
Cidade Nova	Cidade Nova, Coqueiro, 40 Horas, Satélite e mais os conjuntos residenciais Abelardo Conduru, Jardim América, Jardim Europa, Nova União e Pedro Teixeira.
Paar	Curuçambá I e II, Geraldo Palmeira, Guerreiros de Jeová, Icuí-Laranjeira, Maguari, Mururé, Nova Jerusalém, Roraima-Amapá I e II, Amambaia I e II, Ilhas do Município de Ananindeua, Bairro Modelo e área de Cacimba, Cajuí, Conjuntos Pérola I e II e área rural do Curuçambá.



JUIZADOS ESPECIAIS DO INTERIOR

Em 2003, foram instalados, no interior do Estado, dois Juizados Especiais, 01 (um) Juizado Especial Cível e Criminal na Comarca de Parauapebas, e, através de um Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Faculdade Integrada do Tapajós- FIT, 01 (um) Juizado Especial Criminal na Comarca de Santarém.

Foram visitados pela Excelentíssima Coordenadora, Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaid, os Juizados Especiais das Comarcas de Castanhal, Bragança e Santa Isabel.

DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO INTERIOR BIÊNIO 2003-2004

JUSTIÇA DE 1º GRAU - AÇÕES PENAS RECEBIDAS E JULGADAS

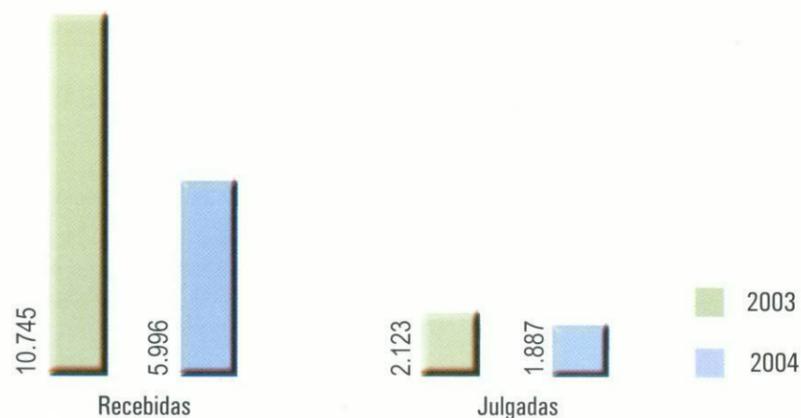


Table with 3 columns: Comarcas, Recebidas, Julgadas. Rows: Interior, Total.

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário. Captação dos Dados até outubro de 2004.



JUSTIÇA DE 1º GRAU - AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS

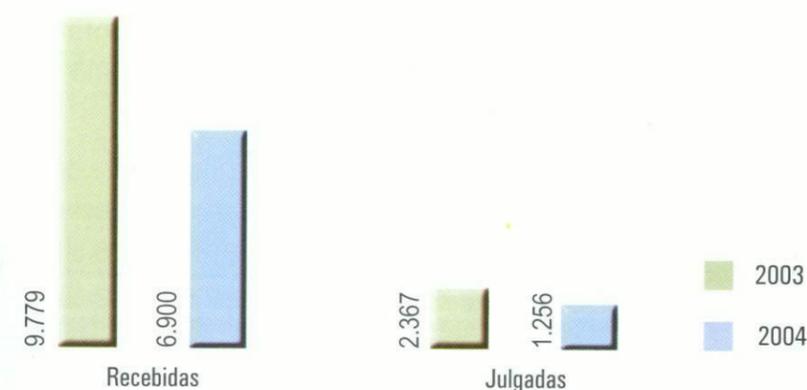


Table with 3 columns: Comarcas, Recebidas, Julgadas. Rows: Interior, Total.

FONTE: Divisão do Banco de Dados do Poder Judiciário. Captação dos Dados até outubro de 2004.

JUSTIÇA E JUIZADOS ESPECIAIS ITINERANTES

Além dos seus trabalhos regulamentares os Juizados Especiais do Estado, através de sua Coordenadoria Geral, desenvolvem o Programa "Justiça e Juizado Especial Itinerante", criado pela resolução N° 008/2001-GP, que visa levar atendimento judiciário aos bairros afastados dentro da Região Metropolitana de Belém, bem como a outros Municípios distantes e de difícil acesso.

Nesses programas, processam-se tanto ações próprias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, quanto ações onde não existe o contraditório, como por exemplo: ações de justificação, ações de retificação, ações de reconhecimento de paternidade, separação consensual, divórcio consensual e casamentos comunitários, tudo com a devida participação do Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e Cartório de Registros competente.

Para a escolha da localidade a ser atendida, leva-se em consideração a densidade habitacional e a demanda potencial.



## PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

Além da antiga parceria com o Ministério Público do Estado (Programa Ministério Público e a Comunidade), foram firmadas, no segundo semestre de 2004, uma parceria com a Defensoria Pública Estadual (Programa Balcão de Direitos), e uma parceria com a Marinha do Brasil (Programa Chance para Todos).

A parceria com a Marinha do Brasil merece importante destaque, uma vez que possibilitou levar o "Programa Justiça e Juizado Especial Itinerantes", pela primeira vez, até comunidades ribeirinhas na região da Ilha do Marajó, chamando atenção o fato de famílias inteiras, de avós a netos, não possuírem nenhum tipo de documento de identificação, adquirindo com o projeto o direito de se tornarem verdadeiros cidadãos.

### DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DO PROJETO "JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTE" BIÊNIO 2003/2004

Período	Localidade	Total de Atendimentos
2003	Região Metropolitana de Belém	1.419
	Interior Bujarú, Marabá, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, São João de Pirabas, Rio Maria, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Xinguara.	11.854
2004	Região Metropolitana de Belém	655
	Interior Novo Repartimento, Itupiranga, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Barcarena, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Breves, Rio Laguna, Portel, Igarapé Miri, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Curralinho, Localidade de Antônio Lemos, Melgaço - Localidade de Rio Laguna, Acará.	6.833
<b>Total</b>		<b>20.761</b>



Projeto Chance Para Todos, uma parceria do TJE e Marinha do Brasil.



## SOLENIIDADES E EVENTOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### SOLENIIDADES E EVENTOS

66º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES  
36º ENCONTRO NACIONAL DO COLÉGIO DE CORREGEDORES DE JUSTIÇA



Cerimônia do 66º Encontro de Presidentes realizado em Belém.

O 66º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Belém, no período de 7 a 8 de outubro de 2004, ocorreu pela primeira vez simultaneamente com o 36º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil. Estiveram presentes os Presidentes e Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, STJ, Ministro Edson Vidigal, acompanhado dos Ministros Fernando Gonçalves e Hélio Quaglia Barbosa.

Na solenidade de abertura do evento, a Presidente do TJE destacou a importância do evento, pela oportunidade de poderem refletir e aprofundar questões que contribuam para fortalecer o Estado Democrático de Direito, que tem no homem a razão de ser da liberdade, da cidadania e da Nação.



Enfatizou, em resumo, o seguinte :

*“Solidariamente a acolhida se processa no cenário amazônico do País, um cenário de preocupações, de desafios, de dificuldades, de ideais, de esperanças que movimentam populações que, em meio a conflitos e contradições, tem no Poder Judiciário a confiança e a credibilidade de que a Justiça tem uma face humana, a partir do encontro do Juiz com a população mais empobrecida do território paraense.*

*A realidade virtual com todo o seu aparato científico e tecnológico ainda não superou a realidade histórica e geográfica de determinadas regiões brasileiras, dentre as quais se destaca a Amazônia e em especial um Estado de dimensões continentais como é o Estado do Pará.*

*Nesse sentido, refletir os temas da Reforma do Judiciário, no bojo de outras reformas, significa voltar os olhos para a realidade humana dessas regiões, porque o acesso à Justiça tornou-se o grande mérito da questão. É preciso ter compromisso com a solução dos problemas, permitindo que o Judiciário Brasileiro, em uma grande parceria com os demais Poderes, contribua efetivamente nas respostas às exigências da sociedade e participe do desenvolvimento social da Nação.*

*O contorno do problema é conhecido por todos nós: morosidade nos resultados, insegurança individual e coletiva, número insuficiente de magistrados, distância real sobre precárias condições, infra-estrutura prejudicada por um contexto socioeconômico que se caracteriza pela desigualdade social proporcional a uma injusta divisão de rendas e de riquezas, que penaliza milhões de brasileiros.*

*Assim, os esforços do Poder Judiciário em melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais transformam-se em estratégias, em programas para que a Justiça chegasse ao cidadão em qualquer recanto do País. É a resposta do Poder Judiciário às populações mais desprotegidas de seus direitos, impedimento socioeconômico ao desenvolvimento humano da cidadania”.*



Finalizou, manifestando sua preocupação com o comportamento declinante das receitas transferidas pela União aos Estados, especificamente dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, referência para definição dos valores repassados ao Poder Judiciário.

### COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Participação da Presidente Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza, no Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça:

“60º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Belo Horizonte, MG;

“61º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Salvador, BH;

“62º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Porto Alegre;

“63º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, São Paulo, SP.

“64º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Palmas, TO.

“65º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Manaus, AM

“67º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, em Aracaju, SE.

### PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Dia 02 de fevereiro Brasília DF, cerimônias no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Dia 02 de abril Rio de Janeiro RJ, almoço oferecido pela Fundação Getúlio



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

### EVENTOS / 2003

26/02 - Sessão Solene de Vitaliciamento de Membros do Poder Judiciário do Estado do Pará.

28/03 - Sessão Solene de Posse dos Novos Juízes Substitutos do TJE-Pa.

09/04 - Sessão Solene de Posse dos Novos Desembargadores deste Tribunal.

Juiz Enivaldo da Gama Ferreira;

Juíza Yvette Lúcia Pinheiro;

Procuradora de Justiça Luzia Nadja Guimarães Nascimento.

09/05 - Celebração da Páscoa e Homenagem pelo Dia do Trabalho e, também, pela passagem do Dias Das Mães.

20/05 - Entrega de alimentos arrecadados na Celebração da Páscoa, à comunidade da Sagrada Família do Paar.

23/05 - Cerimônia de Instalação da Home Page no Fórum Desembargador Edgar Maia Lassance Cunha, da Comarca de Ananindeua.

04/06 - Homenagem ao Desembargador José Alberto Soares Maia, ex-Presidente, aquando de sua aposentadoria.

13/06 - Cerimônia de Casamentos Comunitários na Comarca de São Francisco do Pará.

26/06 - Sessão Solene de Posse do Doutor João José da Silva Maroja, no cargo de Desembargador deste Tribunal.

07/08 - Cerimônia de Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica que entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Departamento de Trânsito do Estado - DETRAN-PA. e a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - FUNCAP.



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

08/08 - Comemorações Alusivas ao Dia dos Pais.

11/08 - Comemorações Alusivas ao Transcurso do 176 aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil.

11/08 - Sessão Solene de Lançamento do 10º volume da série "Perfil dos Magistrados Paraenses", em homenagem à Desembargadora Lydia Dias Fernandes.

11/08 - Abertura da Exposição: "1873/2003 - 130 Anos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará" no Museu Judiciário.

20/08 - Cerimônia de Abertura da V Semana da Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

16/09 - Café da Manhã, seguido de visita ao novo terreno onde deverá ser construído o novo Fórum.

16/09 - Cerimônia de Assinatura de Convênio e Inauguração do Posto de Registro Civil de Pessoas Naturais do 2º Ofício da Comarca da Capital, no Hospital da Maternidade do Povo.

03/10 - Celebração do Rito da Benção, quando a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, pela primeira vez visitou e deu benção especial aos Magistrados e Funcionários do TJE-PA.

10/10 - Ato Administrativo de Posse da Procuradora de Justiça, Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha, no cargo de Desembargadora do TJE-PA.

17/10 - Cerimônia de Assinatura de Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Ulianópolis, visando à construção do prédio do Fórum da Comarca a ser instalada.

30/10 - "Dia do Funcionário Público". Cerimônia de Posse de 126 novos funcionários e serventuários aprovados no último concurso público, seguida da apresentação do cantor Nilson Chaves.



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

31/10 - "Dia do Funcionário Público". Culto Ecumênico, seguido de sorteio de valiosos prêmios.

13/11 - Cerimônia de Assinatura de Convênio entre o TJE-PA e a FUNCAP, objetivando a cooperação no trabalho de assistência sócio-educativa.

14/11 - Ato Administrativo de Posse dos Juizes Raimundo Holanda Reis e Maria Rita Lima Xavier, no cargo de Desembargadores .

18 a 23/11 - Curso de Atualização em Direito Agro Ambiental, promovido pelo TJE-PA (Escola Superior da Magistratura Paraense), na Comarca de Marabá.

05/12 - Missa em Ação de Graças pelo transcurso do Dia da Justiça.

05/12 - Cerimônia de Inauguração da Galeria dos Desembargadores desta Corte de Justiça.

05/12 - Cerimônia de Assinatura de Convênio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando à instalação de mais duas Varas Agrárias nas Comarca de Santarém e de Castanhal.

19/12 - Confraternização Natalina dos Magistrados, Funcionários e Serventuários do TJE-PA, seguida de Café da Manhã.

### EVENTOS / 2004

02/02 - Cerimônia de Abertura do Ano Judiciário de 2004

12/02 - Café da Manhã, para apresentação do vídeo institucional da atual gestão, e, também, para a apresentação dos 12 adolescentes assistidos pela FUNCAP, que irão trabalhar no TJE-PA.



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004*

08/03 - Comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher Programação Social e Cultural.

12/03 - Palestra, proferida pela Presidente do TJE-PA, para alunos do Curso de Direito da UNAMA, sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário do Estado, durante a Semana Acadêmica daquela Instituição de Ensino.

15/03 - Sessão Solene de Posse da Juíza de Direito Eliana Rita Daher Abufaiad, no cargo de Desembargadora do TJE-PA.

16/03 - Visita dos Vice-Almirantes José Antônio Castro Leal, Comandante do IV Distrito Naval e, de apresentação do novo Comandante, Marcus Vinicius Oliveira dos Santos.

17/03 - Visita Oficial do Senhor Diego Ribadeneira, Embaixador do Equador no Brasil.

17/04 - Cerimônia de Assinatura de Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o CESUPA, para a instalação do Juizado Especial Cível e Criminal, naquela unidade de ensino superior.



Visita do Embaixador Salvadorenho ao TJE.

15/04 - Visita Oficial do Senhor Roberto Andino Salazar, Embaixador da República de El Salvador no Brasil.



## SOLENIDADES E EVENTOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

16/04 - Cerimônia de Inauguração do Fórum Juiz Manoel Maria da Costa e Sessão de Instalação da Comarca de Breu Branco.

07/05 - Cerimônia de Lançamento do Prêmio Innovare - O Judiciário do Século XXI, numa promoção do Ministério da Justiça, da Fundação Getúlio Vargas e TJE do Pará, com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce.

14/05 - Cerimônia de Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal na sede do CESUPA.

20/05 - Sessão Solene de Posse de 09 (nove) novos Juizes Substitutos do TJE-PA.

24 e 25/05 - Abertura do Seminário Internacional de Adoção e Cidadania, promoção do TJE-PA.

01/06 - Cerimônia de Posse de novos Serventuários do TJE-PA., aprovados no último Concurso Público, a serem lotados nos Juizados Especiais.

21/06 - Cerimônia de Inauguração do Fórum Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Melo e Sessão de Instalação da Comarca de Novo Repartimento.

13/07 - Visita do Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo.



O Embaixador da Suíça no Brasil visita o TJE.

20/07 - Visita Oficial do Senhor Jurg Leutert, Embaixador da Suíça no Brasil.



## SOLENIDADES E EVENTOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

20/07 - Comemoração do transcurso 177º aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil.

24/08 - Cerimônia de Abertura da "Semana da Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Pará"

13/09 - Cerimônia de Posse da Juíza de Direito Brigida Gonçalves dos Santos, no cargo de Desembargadora deste Tribunal.

18/09 - Cerimônia de Inauguração do Fórum Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim e Sessão de Instalação da Comarca de Ulianópolis.



A imagem peregrina da Virgem de Nazaré visita o TJE.

21/10 - Reunião com o Relator Especial da ONU, Senhor Leandro Despouy, sobre a independência de Juizes a Advogados.

05/11 - Lançamento do Programa "Mais Qualidade", por uma justiça rápida e eficiente.

05/11 - Cerimônia de Inauguração do novo prédio do Fórum Juiz Elias Monteiro Lopes, da Comarca de Marabá

30/11 - Visita dos membro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará à ALBRAS em Barcarena - PA.



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003/2004*

03/12 - Cerimônia de Encerramento das Correições Extrajudiciais, realizadas na Região Metropolitana de Belém.

06/12 - Cerimônia de Aposição da foto da Desembargadora Climeniè Bernadette de Araújo Pontes, na Galeria de Ex-Presidentes do TJE-PA.

06/12 - Sessão Solene de Outorga da Medalha Mérito Desembargador Hermano Rodrigues do Couto, a personalidades civis e militares.

07/12 - Cerimônia de Reinauguração da Biblioteca Desembargador Antônio Koury

10/12 - Cerimônia de Instalação da Vara Agrária na Comarca de Santarém.

13/12 - Festa de Confraternização de Natal e Final de Ano dos Magistrados, Serventuários e Funcionários do TJE-PA.

13/12 - Cerimônia de Outorga da Medalha de Bons Serviços para Serventuários e Funcionários do TJE-PA.

14/12 - Cerimônia de Assinatura de Convênio de Cooperação para o Desenvolvimento do Projeto "Conquistando a Liberdade", do Tribunal de Justiça do Estado, com empresas privadas.

17/12 - Cerimônia de Instalação da Vara Agrária na Comarca de Castanhal.

### **VISITAS OFICIAIS REALIZADAS PELA PRESIDÊNCIA**

Doutor Simão Robison Jatene, Governador do Estado do Pará.

Doutor Edmilson de Brito Rodrigues, Prefeito Municipal de Belém.

Doutora Valéria Vinagre Pires Franco, Vice-Governadora do Estado do Pará.



## SOLENIDADES E EVENTOS

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003/2004*

Major-Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Leal Velloso, Comandante do 1º Comando Aéreo Regional.

Vice-Almirante José Antônio de Castro Leal, Comandante do 4º Distrito Naval.

Doutor Rubens Rollo D' Oliveira, Juiz Federal, Diretor do Fórum.

Conselheiro Lauro de Belém Sabbá, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Conselheiro Aloysio Augusto Lopes Chaves, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

Doutor Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da OAB-PA.

General-de-Divisão Ítalo Fortes Avena, Comandante da 8ª Região Militar.

Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Pará.

Coronel QOPM João Paulo Vieira da Silva, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará.

Jornalista Laércio Wilson Barbalho, Diretor Superintendente do Jornal O Diário do Pará.

Jornalista Rômulo Maiorana Júnior, Vice-Presidente das Organizações Rômulo Maiorana, Jornal O Liberal.

Juiz Togado Georgenor de Souza Franco, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Deputado Estadual Mário Couto Filho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.



### VISITAS RECEBIDAS PELA PRESIDÊNCIA

Calouros do curso de Direito da Universidade da Amazônia - UNAMA.

Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Desembargador Gercino, Ouvidor Agrário Nacional.

Doutor José Carlos Almeida da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Senhor Okimasa Aoyagi, novo Cônsul Geral do Japão em Belém.

Senhor Jiang Yuande, Embaixador da República Popular da China no Brasil.

General de Divisão Ítalo Avena, Comandante da 8ª Região Militar.

Senhor José Coderch, Embaixador da Espanha no Brasil.

Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e esposa.

Doutor Marco Griffini, Presidente da AIBI - Amici del Bambini, com sede na Itália, acompanhado do Doutor Manoel Pedro Mendes, Secretário.

Senhora Asma Jahangir, Relatora Especial das Organizações das Nações Unidas - ONU.

Senhor Juan Miguel Petit, Relator Especial da Organização das Nações Unidas.

Doutor Márcio Thomas Bastos, Ministro de Estado da Justiça e comitiva.



### PRESIDENTE DO TJE ASSUME O GOVERNO DO ESTADO

No dia 12 de janeiro de 2004, a Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza assumiu, durante três dias, o cargo de Governadora do Estado do Pará. Participou de reuniões com os Secretários Especiais de Governo, visitou a Santa Casa de Misericórdia, o Abrigo de Idosos Socorro Gabriel e a Fundação Pestalozzi, onde assinou convênio beneficiando a instituição.



A Presidente do TJE como Governadora em exercício reúne com Secretários Especiais.



Recebendo Dom Vicente Zico e comitiva.



## HOMENAGEM

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### HOMENAGEM

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará presta homenagem à coragem e à determinação do Juiz de Direito Substituto, Antônio Jairo de Oliveira Cordeiro, vítima de bárbara e covarde agressão no dia 15 de agosto de 2004, rogando a Deus que o ilumine e proteja em seu retorno à atividade judicante.

A nossa saudade aos que adormeceram na paz de Cristo, Desembargador Almir de Lima Pereira, ex-Presidente do TJE, Desembargador Raymundo Hélio de Paiva Mello, Desembargador Pedro Paulo Martins e os Juizes de Direito Manoel Maria Barros Costa, Raimundo Holanda Guimarães e a Pretora Maria Stella Peixoto.



## GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



Maria de Nazareth  
Brabo de Souza



Milton Augusto  
de Brito Nobre



Yvonne Santiago  
Marinho



Carmecin Marques  
Cavalcante



Climeniè Bernadette  
de Araújo Pontes



Pedro Paulo  
Martins



Rutéa Nazaré Valente  
do Couto Fortes



Albanira Lobato  
Bemerguy



Benedito de Miranda  
Alvarenga



Osmarina Onadir  
Sampaio Nery



Maria Helena  
Couceiro Simões



Maria Helena  
D'almeida Ferreira



## GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



Maria Izabel de  
Oliveira Benone



Heralda Dalcinda  
Blanco Rendeiro



Sônia Maria de  
Macedo Parente



Geraldo de Moraes  
Corrêa Lima



Maria do Céu  
Cabral Duarte



Raimunda do Carmo  
Gomes Noronha



Rosa Maria Portugal  
Gueiros



Therezinha Martins  
da Fonseca



Rômulo José  
Ferreira Nunes



Marta Inês  
Antunes Lima



Eronides Souza  
Primo



Enivaldo da Gama  
Ferreira



## GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



Yvette Lucia  
Pinheiro



Luzia Nadja  
Guimarães Nascimento



João José da Silva  
Maroja



Vânia Valente do Couto  
Fortes Bitar Cunha



Raimundo Holanda  
Reis



Maria Rita  
Lima Xavier



Eliana Rita  
Daher Abufaiad



Brigida Gonçalves  
dos Santos



## GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



Felício de Araújo  
Pontes



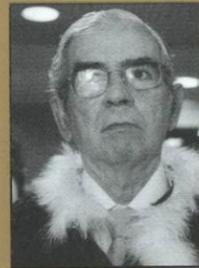
Izabel Vidal  
de Negreiros Leão



José Alberto  
Soares Maia



Jaime dos Santos  
Rocha



João Alberto Castelo  
Branco de Paiva



Wherter Benedito  
Coelho

# Memória

Cartório que interveio as  
Major Innocencio Custachis  
Turina e Franjo pelo contru-  
ndo do juticas e termos sete  
e ficou sciencia. Orefere  
do e' needado. Oaria 26 de  
Nanumbos 1844.

Clasificación  
Memoria de D. de Olinia Jullia  
= Conclusões e

Os vinte e sete dias, do  
mes de Nanumbos do anno  
de mil oitocentos e setenta  
e quatro foy este auto  
conclusos do trentesimo  
foy de Olinia da primeira  
raza civil Doutor Joao  
Flourentino Olinia de Paiva  
conclusos, do que foy  
este termo. Tu tu tomou  
de D. de Olinia Jullia



## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DESEMBARGADOR ERMANO DOMINGUES DO COUTO

Nasceu na Província da Bahia em 1820. Formado em Direito na Faculdade de Olinda. Ingressou na magistratura pelo Ato de 22 de junho de 1855, tomando posse em 24/08/1855 como Juiz de Direito da Comarca de Ilhéus e Olivença, na Província da Bahia. Pelo Ato de 15 de outubro de 1868 foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia, tomando posse em 7 de novembro de 1869. Pelo Decreto de 7 de novembro de 1873, foi nomeado Presidente da futura Relação de Belém, assumindo o cargo em 3 de fevereiro de 1874, data da instalação do Tribunal de Relação, permanecendo até 12 de setembro de 1874. Por Ato da Côrte de 27 de março de 1874 decreto 2342 foi novamente empossado na Relação da Bahia. Faleceu no dia 4 de abril de 1876 na Província da Bahia.

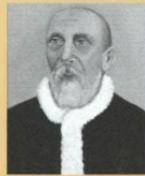
### DESEMBARGADOR VICENTE DE ALVES DE PAULA PESSOA



Nasceu em Sobral (CE), 1828. Formou-se pela Faculdade de Recife, 1850. Juiz Municipal de Ipú (CE), 1852. Juiz da Comarca de Aquiraz (CE), 1852. Juiz de Direito da Cidade de Lagarto (CE), 1858.

Desembargador na Relação do Pará, 1875. Presidente da Relação, 1878. Aposentou-se, 1891.

### DESEMBARGADOR ROMUALDO DE SOUSA PAES DE ANDRADE



Nasceu em Juruti (PA), 1827. Promotor Público da Comarca de Santarém, 1853. Juiz de Direito da Comarca de Solimões (AM), 1862. Juiz de Direito da Comarca de Parintins (AM), 1878. Desembargador da Relação de

Belém, 1883. Presidiu o Tribunal de 20 de novembro de 1883 à 8 de fevereiro de 1887. Presidiu o Tribunal Superior de Justiça de 1883. Faleceu em 19 de outubro de 1895.

### DESEMBARGADOR MANOEL JANSEN FERREIRA

Nasceu na Província do Maranhão em 1807. Formado na Academia de Direito de Olinda. Ingressou na magistratura pelo Ato de 27 de dezembro de 1853, tomando posse em 30 de março de 1854 como Juiz de Direito de Alcântara, na Província do Maranhão. Pelo Decreto de 4 de abril de 1874, foi nomeado para substituir o Conselheiro Ermano Domingues do Couto. Prestou juramento e iniciou o cargo de Presidente em 28 de abril de 1874. Em seu impedimento, foi substituído pelo Desembargador Felipe Raulino de Sousa Uchôa (1876); Desembargador Antônio Buarque de Lima (1878); Desembargador José Ascenso da Costa Ferreira (1879).

### DESEMBARGADOR JOÃO RODRIGUES CHAVES



Nasceu em João Pessoa (PB). Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda, 1853. Juiz de Direito da Comarca de Flores (PE), 1867. Juiz de Direito da Comarca de Santarém (PA), 1872. Desembargador da Relação de

Cuiabá (MT), 1891. Desembargador do Tribunal da Relação do Pará, 1882. Presidiu Tribunal da Relação do Pará, 1883.

### DESEMBARGADOR JOSÉ QUINTINO DE CASTRO LEÃO



Nasceu em Leão do Norte (PE), 1815. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda, 1839. Promotor Público de Flores (PE), 1845. Era Juiz de Direito de Órfãos da Comarca de Belém, 1874. Desembargador da Relação de

Belém, 1877. Presidiu o Tribunal da Relação, 1887. Faleceu em 1877.

## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



### DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES



Nasceu em Aracati (CE). Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, 1855. Era Juiz de Direito da Comarca de Lorena (SP). Desembargador da Relação do Pará, 1886. Presidente da Relação de Belém, 1887.

### DESEMBARGADOR JOSÉ DE ARAÚJO ROSO DANIN

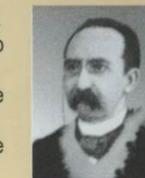
Nasceu em Belém (PA), 1828. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, 1853. Juiz de Direito da Comarca de Macapá, 1863. Juiz de Direito da Comarca de Belém, 1881. Desembargador do Tribunal, 1891. Presidente do Tribunal, 1893. Faleceu em 1895.

### DESEMBARGADOR ERNESTO ADOLFO DE VASCONCELOS CHAVES



Nasceu em João Pessoa (PB), 1845. Estudou na Faculdade de Direito do Recife. Promotor Público da Comarca de Pilar (PB), 1868. Juiz de Direito da Comarca de Bananeiras, 1874. Juiz de Direito da Comarca de Santarém (PA), 1879. Juiz da Vara da Fazenda, 1887. Desembargador do Tribunal Superior de Justiça em 1891. Eleito Presidente do Tribunal em 4 de julho de 1894. Faleceu em 1934.

### DESEMBARGADOR GENTIL AUGUSTO DE MORAES BITTENCOURT



Nasceu em Cametá (PA), 1847. Formou-se pela Faculdade do Recife, 1853. Promotor Público da Comarca de Vigia, 1874. Juiz de Direito da Comarca de Bragança, 1875. Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1890. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça, 1891. Presidente do Tribunal Superior de Justiça em 1895. Faleceu em 1932.

### DESEMBARGADOR NAPOLEÃO SIMÕES DE OLIVEIRA



Nasceu em Juruti (PA), 1827. Promotor Público da Comarca de Santarém, 1853. Juiz de Direito da Comarca de Solimões (AM), 1862. Juiz de Direito da Comarca de Parintins (AM), 1878. Desembargador da Relação de Belém, 1883. Presidiu o Tribunal de 20 de novembro de 1883 à 8 de fevereiro de 1887. Presidiu o Tribunal Superior de Justiça de 1883. Faleceu em 19 de outubro de 1895.

### DESEMBARGADOR FULGÊNCIO DA ROCHA VIANA

Nasceu em Monte Santo (BA) em 1859. Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Promotor Público em Cariania (BA). Juiz de Direito da Comarca de Macapá, 1890. Juiz de Direito da Comarca de Ponta de Pedra, 1890. Desembargador do Tribunal Superior de Justiça. Presidente do Tribunal Superior de Justiça, 1912. Faleceu em 1930.



## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DESEMBARGADOR ALFREDO RAPOSO BARRADAS



Nasceu em São Luís (MA), 1861.  
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público em São Luís (MA).  
Juiz de Direito da Comarca de Carolina (MA), 1890.  
Juiz de Direito da Comarca de Curuçá (PA), 1890.

Juiz de Direito da Comarca de Bragança, 1890.  
Juiz de Direito da Comarca de Belém, 1896.  
Desembargador, 1901.  
Presidente em 1921.  
Faleceu em 1924.

### DESEMBARGADOR JOSÉ ANSELMO DE FIGUEIREDO SANTIAGO



Nasceu na Cidade de Recife, 1865.  
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público de Pitimbú (PB), 1886.  
Juiz de Direito da Comarca do Guamá, 1891.  
Juiz de Direito da Comarca de

Curuçá, 1894.  
Desembargador do Superior Tribunal de Justiça, 1902.  
Presidente do Tribunal Superior de Justiça em 1923.  
Faleceu em 1923.

### DESEMBARGADOR EMÍLIO AMÉRICO SANTA ROSA



Nasceu em Belém (PA), 1868.  
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, 1891.  
Promotor Público da Comarca do Guamá, 1892.  
Promotor da Comarca de Mazagão, 1894.  
Juiz de Direito da Comarca de

Baião, 1894.  
Juiz de Direito da Comarca de Gurupá, 1900.  
Desembargador do Tribunal Superior de Justiça, 1920.  
Presidente do Tribunal em 1925.  
Faleceu em 1935.

### DESEMBARGADOR SANTOS ESTANISLAU PESSOA DE VASCONCELOS



Nasceu na Cidade de Bananeiras (PB), 1860.  
Formado pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público na Comarca de João Pessoa.  
Juiz Municipal de órfãos da Comarca de Cameté e Baião, 1854.

Juiz de Direito da Comarca de Chaves, 1892.  
Juiz de Direito da Comarca de Cameté, 1894.  
Desembargador em 1901.  
Presidente do Tribunal Superior de Justiça em 1922, 1930 e 1932. Faleceu em 1933.

### DESEMBARGADOR VICENTE EPAMINONDAS PIRES DOS REIS



Nasceu em Rosário (MA), 1866.  
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público de Barra do Corda (MA).  
Juiz Substituto da Comarca de Vigia, 1892.  
Juiz de Direito da Comarca de Afuá,

1897.  
Juiz de Direito da Comarca de Santarém, 1899.  
Desembargador em 1911.  
Presidente em 1924.

### DESEMBARGADOR JOSÉ MARTINS DE MIRANDA FILHO



Nasceu em Barreiros (PE), 1884.  
Formado pela Faculdade de Direito do Recife.  
Juiz Substituto de Marapanim, 1906.  
Juiz Substituto da Comarca de Bragança, 1908.  
Juiz de Direito da Comarca de São Miguel do Guamá, 1913.

Desembargador de Justiça em 1922.  
Presidente do Tribunal Superior de Justiça em 1926.  
Faleceu em 1941.

## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



### DESEMBARGADOR JOÃO BORGES PEREIRA

Nasceu em Recife (PE), 1859.  
Formado pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público da Comarca de Bragança, 1886.  
Juiz Municipal da Comarca de Igarapé Miri, 1887.  
Juiz de Direito da Comarca de Mazagão, 1894.  
Desembargador do Tribunal de Justiça em 1923.  
Presidente do Tribunal Superior de Justiça em 1927.  
Faleceu em 1934.

### DESEMBARGADOR ARTHUR THEÓDULO DOS SANTOS PORTO



Nasceu em Recife (PE), 1866.  
Formado pela Faculdade de Direito do Recife.  
Promotor Público da Comarca de Bragança, 1889.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1924.  
Presidente do Tribunal de Justiça em

1928. Faleceu em 1942.

### DESEMBARGADOR MANUEL BUARQUE DA ROCHA PEDREGULHO

Nasceu na Freguesia de N. S. da Conceição de Camaragibe (AL), 1872.  
Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.  
Juiz Substituto da Comarca de Macapá, 1889.  
Juiz Substituto da Comarca de Muaná e Castanhal, 1889.  
Juiz de Direito de Soure, 1903.  
Juiz de Direito da Comarca de Igarapé - Miri, 1905.  
Juiz de Direito de São João do Araguaia, 1920.  
Desembargador do Tribunal Superior de Justiça, 1924.  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça em 1929.  
Faleceu em 1943.

### DESEMBARGADOR JÚLIO CÉZAR DE MAGALHÃES COSTA



Nasceu em Curuçá, Baixo São Francisco (BA), 1868.  
Formado pela Academia de Direito do Recife, 1889.  
Juiz Substituto da Comarca de Muaná, 1898.  
Juiz de Direito da Comarca de Gurupá, 1901.

Juiz de Direito da Comarca de Igarapé - Miri, 1901.  
Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1905.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1910.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1932. Faleceu em 1954.

### DESEMBARGADOR MANOEL MAROJA NETO



Nasceu em Pilar (PB), 1880.  
Formado pela Faculdade de Direito do Recife, 1901.  
Promotor Público da Comarca de Baião, 1902.  
Juiz de Direito da Comarca de Igarapé Miri, 1906.  
Juiz de Direito da Comarca de

Bragança, 1919.  
Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1930.  
Desembargador do Tribunal Superior de Justiça, 1931.  
Presidente do Tribunal Superior de Justiça, 1936.

### DESEMBARGADOR ALCEBÍADES M. BUARQUE DE LIMA



Nasceu em Recife (PE), 1883.  
Formado pela Faculdade de Direito do Pará, 1908.  
Juiz Substituto da Comarca de Anajás, 1907.  
Juiz Substituto da Comarca de Afuá, 1911. Juiz Substituto da Comarca de Santarém, 1914.

Juiz Substituto da Comarca de Soure, 1918.  
Juiz de Direito da Comarca de Porto de Moz, 1919.  
Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1930.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1932. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1937. Faleceu em 1945.



## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DESEMBARGADOR RICARDO BORGES FILHO



Nasceu em Belém, 1929.  
Formado pela Faculdade de Direito, 1953.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1968.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1975.  
Aposentou-se em 1998.

### DESEMBARGADOR EDGARD AUGUSTO VIANNA



Nasceu em Belém, 1908.  
Formado em Direito.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1977.  
Faleceu em 1987.

### DESEMBARGADOR ANTÔNIO KOURY



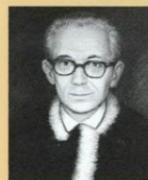
Nasceu em Belém, 1928.  
Formado em Direito.  
Pretor da Comarca de São Domingos do Capim, 1954.  
Pretor da Comarca de Abaetetuba, 1958. Pretor da Comarca de Mojú, 1959. Juiz de Direito da Comarca de Curuçá, 1962. Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1964. Corregedor de Justiça, 1969.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1966. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1978. Faleceu em 1982.

### DESEMBARGADORA LYDIA DIAS FERNANDES



Nasceu em Belém (PA), 1922.  
Pretora da Comarca de Chaves  
Juíza de Direito da Comarca de Muaná, 1954.  
Juíza da Comarca da Capital, 1967.  
Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1967.  
Corregedora de Justiça, 1971.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1979.  
Aposentada em 1992.

### DESEMBARGADOR MANOEL CACELLA ALVES



Nasceu em Belém (PA), 1914.  
Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Pará, 1939. Juiz substituto da Comarca de Maracanã, 1940. Juiz de Direito da Comarca de Santarém, 1954.  
Juiz de Direito da Comarca de Mocajuba, 1956. Juiz da Comarca da Capital, 1964. Foi Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1968.  
Foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1981. Faleceu em 1992.

### DESEMBARGADOR EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA



Nasceu em Belém (PA), 1920.  
Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Estado do Pará.  
Pretor da Comarca de Acará, 1945.  
Promotor Público da Comarca da Capital, 1949.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1971.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1983.  
Faleceu em 1985.

## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004



### DESEMBARGADOR ARY DA MOTTA SILVEIRA



Nascido em Belém (PA), 1928.  
Formado em Direito em 1954.  
Foi pretor da Comarca de Salinópolis, 1955. Foi Pretor da Comarca de Igarapé-Açu, 1957.  
Foi Pretor da Comarca de Soure, 1958. Juiz de Direito da Comarca de Ponta de Pedras, 1960. Juiz de Direito da Comarca de Bragança, 1964. Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1966. Juiz de Direito da Vara Privativa de menores abandonados e delinqüentes, 1966.  
Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1969. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1985. Faleceu em 2000.

### DESEMBARGADOR OSSIAN CORRÊA DE ALMEIDA



Nasceu em Belém (PA), 1923.  
Formado pela Faculdade de Direito do Pará, 1959. Promotor Público da Comarca de Santa Isabel do Pará, 1960. Juiz de Direito da Comarca de Alenquer, 1962. Juiz de Direito da Comarca de São Miguel do Guamá.  
Juiz de Direito da 3ª vara Cível da Capital, 1966. Juiz convocado para o desembargo a partir de 1972. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1975.  
Corregedor de Justiça, 1981/1982. Vice-Presidente do TJE do Pará, 1983. Presidente do TJE do Pará, 1987.  
Aposentou-se em 1993.

### DESEMBARGADOR STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES



Nasceu em Belém, 1929.  
Formado pela Faculdade de Direito, 1953.  
Pretor da Comarca de Ourém, 1954.  
Juiz de Direito da Comarca de Alenquer, 1960.  
Juiz de Direito da Comarca de Nova Timboteua, 1961.  
Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1967.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1977.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1989.  
Aposentou-se em 1999.

### DESEMBARGADOR ALMIR DE LIMA PEREIRA



Nasceu em 1927.  
Formado pela Faculdade de Direito do Pará.  
Pretor da Comarca de Alenquer, 1951. Pretor do Termo Judiciário de Soure, 1954.  
Promotor Público da Comarca de Abaetetuba, 1954.  
Promotor Público da Comarca da Capital, 1965.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1978.  
Corregedor de Justiça, 1983.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1989.  
Faleceu em 2003.

### DESEMBARGADOR NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM



Nasceu em Belém (PA), 1928.  
Formado em Direito, 1954.  
Pretor da Comarca de Igarapé Açu, 1960. Juiz de Direito da Comarca de Itaituba, 1962. Juiz de Direito da Comarca de Bragança, 1965.  
Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1969.  
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1975.  
Corregedor Geral de Justiça, 1985.  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1980.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1991.  
Aposentou-se em 1999.

### DESEMBARGADORA MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS



Nasceu em Belém, 1932.  
Formada pela Faculdade de Direito do Pará.  
Pretora do Cível da Comarca da capital, 1958.  
Pretora da Comarca de Conceição do Araguaia, 1959.  
Pretora da Comarca de Irituia, 1960.  
Juíza de Direito da Comarca de Capanema, 1963.  
Juíza de Direito da Comarca da Capital, 1969.  
Diretora do Fórum Cível, 1983.  
Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1985.  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1993. Aposentou-se em 2002.



## GALERIA DOS EX-PRESIDENTES DO TJE 1873-2003

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades Biênio 2003-2004

### DESEMBARGADOR MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO



Nasceu em Curuçá (PA), 1927. Formado pela Faculdade de Direito do Pará, 1951. Pretor da Comarca de Bujarú, 1951. Juiz de Direito da Comarca de Gurupá, Altamira, São Miguel e Santa Isabel, 1954. Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1967. Juiz de menores e da

Fazenda Pública, 1968. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1970.

Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1987-1988. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1995. Aposentou-se em 1997.

### DESEMBARGADOR JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA



Nasceu em Belém, 1933. Formado pela Faculdade de Direito do Pará, 1962. Pretor do Termo da Comarca de Irituia, 1964. Promotor Público da Comarca de Nova Timboteua, 1964. Promotor Público da Comarca da Capital, 1974.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1987. Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1993.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1999. Aposentado em 2004.

### DESEMBARGADOR ROMÃO AMOEDO NETTO



Nasceu em Belém, 1933. Formado pela Faculdade de Direito do Pará, 1961. Pretor da Comarca de Capitão Poço, 1962. Pretor da Comarca de São Domingos do Capim, 1962. Juiz de Direito da Comarca de São Miguel do Guamá, 1965. Juiz de Direito da Comarca de

Cachoeira do Arari, 1965. Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1968. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1972. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1982. Corregedor de Justiça, 1989. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1997. Faleceu em 1999.

### DESEMBARGADORA CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES

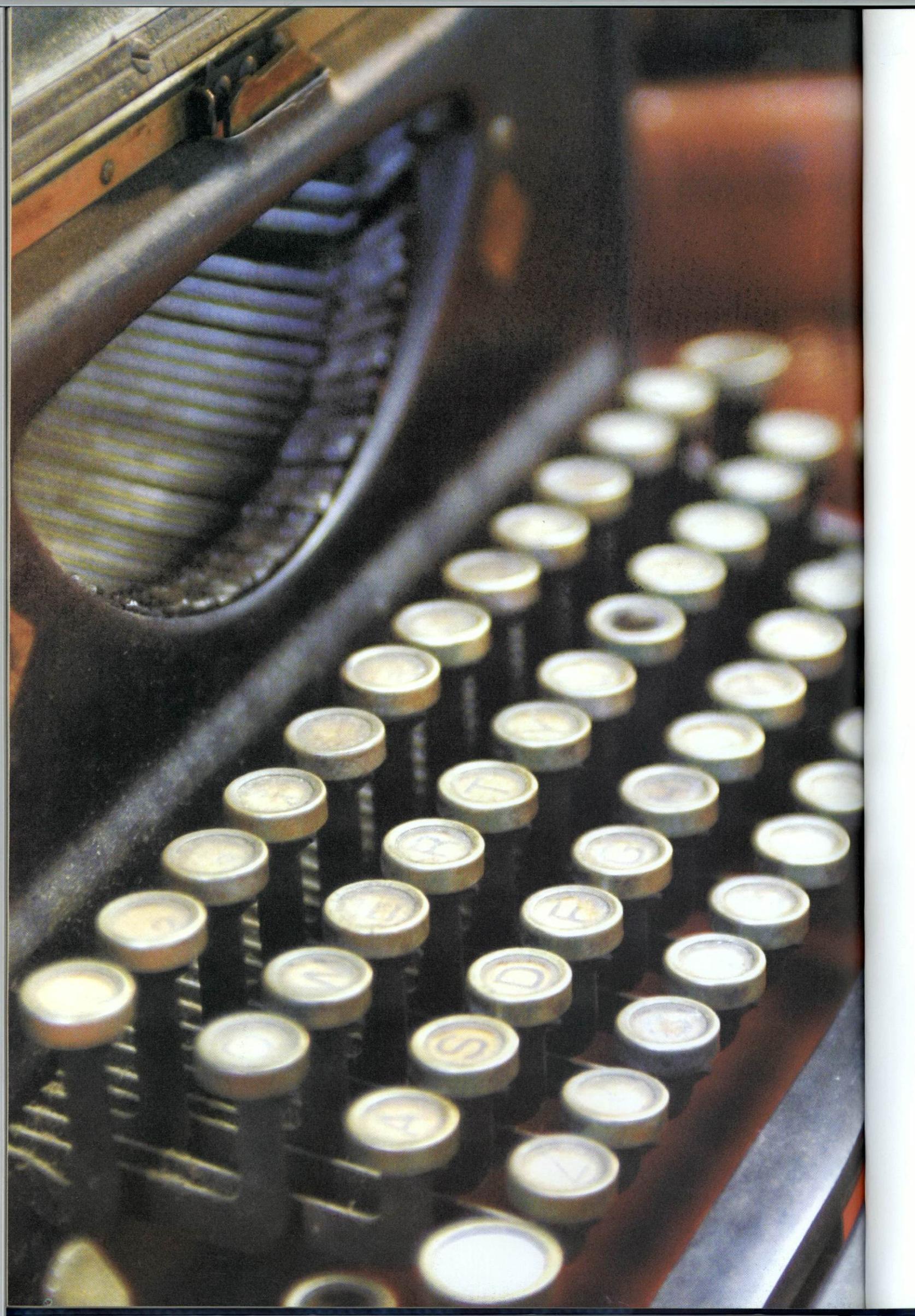


Nasceu em Belém (PA), Formada pela Faculdade de Direito do Pará, 1961. Pretora da Comarca de Santo Antônio do Tauá, 1962. Juiz de Direito da Comarca de Monte Alegre, 1965. Juíza de Direito da Comarca de

Tucuruí, 1965. Juíza de Direito da Comarca da Capital, 1969. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1987. Corregedora de Justiça, 1998.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2001.





Ex.1  
N.Cham. 341.4192509811 P221r  
Autor: Para. Tribunal de Justiça  
Título: Relatório de atividades : biênio 2003/2004.  
00019229  
14674



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ  
BIBLIOTECA

